

JUNHO 2024

Avaliação das Unidades Regionais de Pré-Viabilidade

Expansão de Energias Renováveis e do Acesso à Energia na Região da SADC



UM RELATÓRIO DE

Tsitsi Musasike, Naa Adjeikai Adjei, Kudakwashe Ndhlukula, Eugenia Masvikeni, Jiaqi Lu, Kevin P. Gallagher e Maipelo Stroh

CITAÇÃO SUGERIDA

Musasike T., Adjei N. A., Ndhlukula K., Masvikeni E., Lu J., Gallagher K. P., & Stroh M (2024). Avaliação da Eficácia das Unidades Regionais de Pré-Viabilidade: Expansão da Energias Renováveis e do Acesso à Energia na Região da SADC. Boston, Gaborone, Windhoek: Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston, Centro de Recursos de Financiamento do Desenvolvimento da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC-DFRC) e o Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC (SACREEE).

RECONHECIMENTOS

Este relatório foi possível graças às contribuições das equipas do Centro de Políticas de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston, do Centro de Recursos de Financiamento do Desenvolvimento da SADC e do Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC. As seguintes pessoas contribuíram para o relatório: Kevin P. Gallagher, Tsitsi Musasike, Naa Adjeikai Adjei, Jiaqi Lu, Kudakwashe Ndhlukula, Eugenia Masvikeni e Maipelo Stroh. O relatório também beneficiou da contribuição das instituições financeiras de desenvolvimento da SADC, de outras instituições financeiras e dos promotores de projetos através de entrevistas aprofundadas e de inquéritos online.

Este relatório foi também possível, em parte, graças ao apoio da ClimateWorks Foundation, da Charles Stewart Mott Foundation, do Rockefeller Brothers Fund, do Pooled Fund of International Energy da European Climate Foundation e da William e da Flora Hewlett Foundation.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIACÕES	IV
RESUMO EXECUTIVO	1
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	9
CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC	15
CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL	18
CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE	39
CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE	42
CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS	45

LISTA DE ABREVIACÕES

ADB	Banco de Desenvolvimento Asiático
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AFMEG	Financiamento Alternativo para a Produção Municipal Integrada
AREP	Aceleração dos Projetos Regionais de Energia (Transformacional)
BESS	Sist. Sistemas de armazenamento de energia a partir de baterias
BRF	Fórum Belt and Road
BRI	Iniciativa Belt and Road
CSP	Energia Solar Concentrada
DFIs	Instituições Financeiras de Desenvolvimento
DFRC	Centro de Recursos de Financiamento do Desenvolvimento
EEP	Fundo Fiduciário da Parceria Ambiental Energética
FOCAC	Fórum sobre Cooperação China-África
GCF	Fundo do Clima Verde
GEF	Fundo Mundial para o Ambiente
GIFP	Parceria para o Investimento e Financiamento Verde
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GTAC	Centro Consultivo Técnico do Governo
IDA	Agência Internacional de Desenvolvimento
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau
MDBs	Bancos Multilaterais de Desenvolvimento
MDTF	Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos
MW	Mega Watts
NDF	Fundo Nórdico de Desenvolvimento
OFID	Fundo da OPEC para o Desenvolvimento Internacional
PV	Fotovoltaico
RDF	Unidade de Desenvolvimento Regional
REEESAP	Plano de Ação Estratégico para Energias Renováveis e Eficiência Energética
RTIFF	Unidade de Financiamento da Infraestrutura de Transporte Regional

SACREEE	Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADC DFRC	Centro de Recursos de Financiamento do Desenvolvimento da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAPP	Grupo de Energia da África Austral
SCAF	Unidade de Assistência ao Capital de Lançamento
SDG	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
SME	Pequenas e Médias Empresas
TDB	Banco de Desenvolvimento e Comércio
UK PACT	Parceria do Reino Unido para Transições Climáticas Aceleradas (UK PACT)
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
USTDA	Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos

Western Cape, South Africa. Photo by Grobler du Preez via Shutterstock



RESUMO EXECUTIVO

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) tem uma das mais altas irradiações solares e um grande potencial de energia eólica na África Subsariana. A queda dos custos das tecnologias de energia solar fotovoltaica (PV) e eólica e a descoberta de minerais de transição essenciais para a mudança para economias de baixo carbono em vários países da SADC tornam a região um destino favorável para os promotores de projetos de energias renováveis. No entanto, apenas 1% do potencial de energia solar e eólica foi aproveitado (Chowdhury et al., 2022).

Já existem estruturas e políticas para promover o investimento em energias renováveis na região da SADC. O Plano do Grupo de Energia da África Austral (SAPP) de 2020 tem como objetivo que a região da SADC alcance o acesso universal à energia e aumente a contribuição das energias renováveis no cabaz energético regional de 29% para 53% até 2040 (Muñoz Cabré et al., 2020). Com base no Plano de Grupo SAPP, a região poderia implantar 2,8 gigawatts (GW) de nova capacidade instalada de energia renovável por ano, i.e., um total de 52,8 GW até 2040. As secas prolongadas na Bacia do Zambeze afetaram gravemente a capacidade da região para produzir energia hidroelétrica (Toreti et al., 2024). Assim, a energia solar e a energia eólica são potencialmente as fontes de energia renováveis mais competitivas em termos de custos e mais sustentáveis para a região (Chowdhury et al., 2022).

A criação do Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) em 2015 foi um reconhecimento do importante papel que as energias renováveis podem desempenhar no cabaz energético e na mitigação das alterações climáticas (SADC Monitor, 2018). As instituições financeiras de desenvolvimento (DFIs) de todo o mundo comprometeram-se a aumentar o investimento em energias renováveis (Muñoz Cabré et al., 2020). Várias DFIs da SADC são entidades acreditadas ou estão em vias de obter a acreditação junto do Fundo para o Clima Verde (GCF) e/ou do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), enquanto os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) estão a transformar as suas instituições para fazer face às alterações climáticas e a outros desafios do século XXI (Centro para Desenvolvimento Mundial, 2024). Por conseguinte, está disponível um financiamento concessionado suficiente a nível do investimento. Apesar da abundância de fontes de energia renováveis e dos quadros estruturais de apoio, a contribuição total da energia solar e eólica é baixa na maioria dos países da SADC. Uma das razões para tal é o ritmo a que os projetos estão a ser desenvolvidos para a sua viabilidade bancária.

Um estudo realizado pelo Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston (GDP Center), pelo Centro de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento da SADC (SADC-DFRC), pelo SACREEE e pela Universidade de Pretória em 2020 mostrou que existe uma miríade de fundos para a preparação de projetos (Muñoz Cabré et al., 2020) que os países poderiam utilizar. Um relatório de seguimento apelou ao reforço das políticas para assegurar a continuação do investimento em energias renováveis durante a pandemia do COVID-19 e ao apoio ao pré-investimento para garantir a viabilidade bancária dos projetos (Masamba et al., 2022). No entanto, são poucas as instituições financeiras que disponibilizam financiamento para o desenvolvimento de projetos em fase inicial, o que permite dar resposta aos desafios que se colocam nesta fase do desenvolvimento do projeto.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Este relatório destaca a inadequação das instalações de pré-viabilidade regionais e globais para a expansão das energias renováveis e do acesso à energia na região da SADC. O relatório considera os desafios enfrentados pelos responsáveis pela implementação de projetos de energias renováveis na região, analisa os fundos de pré-viabilidade ou de preparação de projetos em fase inicial existentes na região e a nível mundial para avaliar se apoiam de forma adequada, eficaz e eficiente os responsáveis pelo desenvolvimento de projetos e faz recomendações sobre a forma de melhorar e aumentar estas instalações.

Ao realizar esta pesquisa, concluímos uma análise documental para compreender que fundos de pré-viabilidade existem atualmente na região da SADC, realizámos inquéritos de pesquisa com membros do Network DFI da SADC e outras instituições financeiras globais, bem como promotores ativos no setor das energias renováveis. As instalações de pré-viabilidade podem desempenhar um papel fundamental na libertação dos 52,8 GW necessários para alcançar o acesso universal à energia e 53% de energias renováveis no cabaz energético da SADC até 2040.

Principais resultados:

1. As instalações de pré-viabilidade existentes na SADC e a nível internacional são inadequadas e não estão estruturadas de forma a apoiar adequadamente os promotores de projetos durante as fases iniciais do desenvolvimento do projeto.
2. Sete DFIs da SADC oferecem instalações de preparação de projetos em fase inicial, apoiando os promotores de projetos locais na região da SADC.
3. Apenas três instalações de preparação de projetos na região têm mandatos transfronteiriços – a Instalação de Preparação de Projetos do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), a Instalação de Desenvolvimento de Preparação de Projetos da SADC (SADC PPDF) gerida pelo DBSA e o Fundo de Preparação de Projetos gerido pela Unidade de Aconselhamento de Projetos do Grupo de Energia da África Austral (SAPP PAU).
4. A região da SADC não dispõe de instalações específicas para a preparação de projetos de energias renováveis.
5. Os processos de aprovação são proibitivamente longos e os termos e condições de acesso às instalações de pré-viabilidade não estão normalizados entre as sete DFIs da SADC, nem mesmo entre as duas DFIs sul-africanas (DBSA e a Corporação de Desenvolvimento Industrial da África do Sul), apesar da sua participação acionista comum.
6. Os promotores locais não têm capacidade, competências e conhecimentos para produzir os 52,8 GW até 2040 e precisam de apoio nas fases iniciais do desenvolvimento do projeto.

Com base nestas conclusões principais, fazemos as seguintes recomendações políticas que abordarão as limitações estruturais nas instalações de preparação de projetos existentes e os desafios que os promotores enfrentam ao tentar cumprir o objetivo da região da SADC para 2040 de acesso universal à energia e 53% de energias renováveis no cabaz energético.

Recomendações de política:

1. As instalações existentes precisam de ser reestruturadas para maximizar o apoio e reduzir as barreiras de acesso.
2. Os Estados-Membros da SADC devem aumentar os fundos existentes, incluindo o Instrumento de Preparação de Projetos da SADC e as parcerias internacionais, e reservar uma parte do financiamento para estudos de pré-viabilidade das energias renováveis, uma vez que as instalações existentes são inadequadas para apoiar o crescimento da capacidade de produção de energias renováveis na região.
3. Os Estados-Membros da SADC devem considerar a possibilidade de explorar novos instrumentos de pré-viabilidade para criar uma linha de projetos em todos os Estados-Membros para a Instalação de Desenvolvimento Regional da SADC (RDF), no que se refere à recém-lançada Instalação de Financiamento da Infraestrutura de Transmissão Regional (RTIFF), potencialmente com parcerias de financiamento internacionais.
4. São necessárias mais instalações regionais de assistência técnica para apoiar as DFI da SADC e os novos operadores no mercado (em especial os promotores de projetos de pequena e média dimensão).

O presente relatório surge num momento oportuno. Em primeiro lugar, no Fórum Belt and Road (BRF) de outubro de 2023, em Pequim, que assinalou o 10.º aniversário da Iniciativa Belt and Road (BRI), o Governo chinês revelou a Parceria de Investimento e Financiamento Verde (GIFP). Embora ainda não tenha sido totalmente concebido, a GIFP promete ser uma nova plataforma para ajudar os países parceiros da BRI a desenvolver projetos ecológicos (Gallagher, 2023). Os principais financiadores da iniciativa BRI, o Banco de Desenvolvimento da China, o Banco de Exportação-Importação da China, o Banco Popular da China, a China International Capital Corporation e a China Power International manifestaram interesse em participar na parceria. Esta parceria ajudará os intervenientes chineses e os intervenientes dos países parceiros a encontrar a combinação certa de dívida, capital próprio, investimento e subvenções, adaptando-a às circunstâncias de cada projeto ou país, para benefício de ambas as partes.

Espera-se que o governo chinês lance oficialmente a GIFP no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) em setembro de 2024. O FOCAC de 2024 representa também uma oportunidade para os Estados-Membros da SADC explorarem novas parcerias com instituições financeiras chinesas para cofinanciar o desenvolvimento de projetos em fase inicial.

Além disso, a Cimeira do Grupo dos 20 (G20) terá lugar na África do Sul em 2025. A Cimeira do G20 de 2023, realizada na Índia, comprometeu-se a triplicar a capacidade de produção de energia renovável até 2030. Enquanto anfitriã, espera-se que a África do Sul dê passos semelhantes na cimeira do próximo ano. O aumento do investimento em energias renováveis exige uma reserva significativa de projetos bem desenvolvidos. As instituições financeiras internacionais dos países do G20 e os fundos filantrópicos manifestaram interesse em conceder financiamento de pré-viabilidade para apoiar estas iniciativas.

Instalações de pré-viabilidade adequadas, económicas e facilmente acessíveis e melhores competências técnicas contribuirão muito para atingir o objetivo da região da SADC para 2040 de acesso universal à energia e 53% de energias renováveis no cabaz energético.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Mahé Island, Seychelles. Photo by U. Eisenlohr via Shutterstock



CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Como a maioria dos países em desenvolvimento, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) não foi poupada aos impactos das alterações climáticas. Os fenómenos meteorológicos extremos, que vão desde ciclones e inundações mais intensos e mais frequentes nas zonas costeiras até secas graves em algumas partes da região, tornaram-se características comuns nos últimos anos (Toreti et al., 2022). Ao mesmo tempo, a região está bem dotada de recursos solares e eólicos e bem posicionada para o investimento em projectos de mitigação das alterações climáticas. A maioria dos Estados-Membros da SADC (Apêndice 1) tem recursos solares e eólicos de elevada qualidade de uma ou duas ordens de magnitude superiores à procura de eletricidade prevista para 2030 (Wu, et al, 2017), mas apenas 1% do potencial de energia solar e menos de 1% do potencial de energia eólica foram aproveitados (Chowdhury et al., 2022).

Na Conferência das Partes das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas de 2023 (COP28), os líderes mundiais concordaram em triplicar a capacidade global de energias renováveis até 2030 e atingir uma capacidade instalada de 11,510 gigawatts (GW), a fim de evitar um ponto crítico climático. Um relatório publicado por Climate Analytics mostra que a capacidade global instalada de energias renováveis precisa de crescer 8,130 GW em relação aos níveis actuais de 3,380 GW (Grant et al, 2024). De acordo com o relatório, a parcela da África Subsariana neste crescimento é de 300 GW, i.e., um aumento de 260 GW em relação aos atuais 40 GW. O Plano do Grupo de Energia da África Austral (SAPP) propõe para 2020 um objetivo de 53% de contribuição das energias renováveis no cabaz regional de eletricidade até 2040, acima do nível actual de 29%, ao mesmo tempo que se atinge o acesso universal à energia (Muñoz Cabré et al., 2020). Para atingir este objetivo, a região terá de implementar 2,8 (GW) de capacidade instalada de energias renováveis por ano, i.e., 52,8 GW no total. A energia hidroelétrica representa actualmente 24% do cabaz energético nos 12 países contíguos da SADC que constituem o SAPP. No entanto, as secas prolongadas na Bacia do Zambeze afetaram gravemente a capacidade da Zâmbia e do Zimbabué de produzirem energia hidroelétrica a partir do Rio Kafue (para a Zâmbia) e da Barragem do Kariba no Rio Zambeze (Toreti et al., 2022). Assim, a energia solar e a energia eólica são potencialmente as fontes de energia renováveis mais competitivas em termos de custos e mais sustentáveis para a região (Chowdhury et al., 2022).

Figuras 1 e 2 mostram o potencial de energia solar e eólica da Região da SADC, respetivamente.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

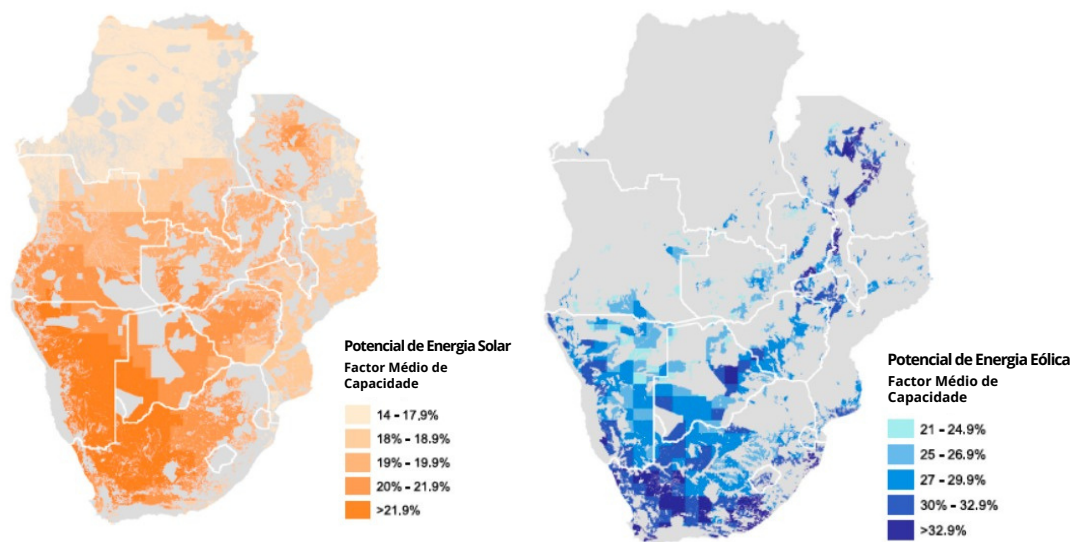
CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Figura 1: Potencial de energia solar da SADC **Figura 2: Potencial de energia eólica da SADC**



Fonte: Chowdhury et al., 2022.

Fonte: Chowdhury et al., 2022.

O estabelecimento do Centro da SADC para Energias Renováveis e Eficiência Energética (SACREEE) em 2015 foi um reconhecimento do importante papel que as energias renováveis desempenham no cabaz de fornecimento de energia e também como medida de mitigação das alterações climáticas. As DFIs nacionais, regionais e globais que operam na região da SADC comprometeram-se a aumentar o investimento em energias renováveis para apoiar a transição global para emissões Líquidas Zero até 2050 e melhorar o acesso à energia (Muñoz Cabré et al., 2020). Várias DFIs da SADC são entidades acreditadas ou estão em vias de obter a acreditação junto do Fundo Verde para o Clima (GCF) e/ou do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF). Os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) estão a transformar as suas instituições para enfrentar os desafios do século XXI, incluindo o desafio das alterações climáticas (Centro para Desenvolvimento Global, 2024). Por conseguinte, está disponível um financiamento concessionado suficiente a nível do investimento.

Apesar da abundância de recursos de energia renovável não-hídrica na região, do compromisso dos Estados-Membros e dos organismos regionais em desenvolver tecnologias de energia renovável e das várias políticas e planos adotados para implementar o desenvolvimento dessas tecnologias, esses recursos de energia renovável permaneceram em grande parte inexplorados. Embora os custos dos sistemas intermitentes de energias renováveis com armazenamento tenham sido frequentemente citados como um dos maiores obstáculos a uma maior utilização, se os preços da tecnologia e dos combustíveis continuarem a seguir as tendências atuais, as tecnologias eólica e solar podem tornar-se as fontes dominantes de eletricidade na região até 2040 (Chowdhury et al., 2022).

O ritmo a que os projetos estão a ser desenvolvidos para serem financiáveis é um desafio. Existem deficiências na preparação e estruturação dos projetos, de modo a que estes sejam aprovados nas primeiras fases de avaliação da viabilidade financeira, técnica, jurídica e ambiental (Deloitte, 2023). As razões subjacentes com que os promotores se deparam para avançar para além da fase de conceção incluem o custo, o tempo, a capacidade, as competências e o saber-fazer (ou a eventual falta deles), juntamente com os riscos e complexidades inerentes associados ao

investimento em África, o que torna a preparação de projetos financiáveis mais exigente, em especial para os promotores locais (Gerbert et al., 2015). Os promotores deverão ter garantido os direitos de acesso ao terreno, concluído as avaliações básicas do local, da rede, dos recursos e do ambiente e concebido um modelo financeiro de alto nível antes de poderem aceder às unidades de pré-viabilidade. Isto exige financiamento, muitas vezes por um período indefinido, numa fase de desenvolvimento em que os promotores podem ter esgotado as suas poupanças. Consequentemente, os projetos de energias renováveis têm dificuldade em avançar para além das fases iniciais críticas do desenvolvimento do projeto.

Embora o capital de desenvolvimento na fase inicial represente uma pequena parte das necessidades totais de financiamento dos projetos, continua a ser fundamental para desbloquear o financiamento da preparação dos projetos para a sua viabilidade bancária. Os promotores da SADC têm dificuldade em aceder ao financiamento para o desenvolvimento de projetos em fase inicial devido aos requisitos rigorosos, incluindo processos de aprovação de financiamento em fase inicial proibitivamente longos e dispendiosos. Os financiadores procuram frequentemente investir em promotores com vários anos de experiência, um portfólio considerável de projetos e um foco em projetos de escala de serviços públicos e ligados à rede. Os promotores locais, que são relativamente novos no mercado ou que têm pequenos projetos ou um pequeno portfólio de projetos, têm frequentemente dificuldades em explorar as unidades existentes. Os termos e condições de acesso às instalações de pré-viabilidade não estão padronizados. Os promotores devem ter concluído o trabalho de pré-viabilidade antes de se candidatarem ao financiamento. Esta falta de apoio estruturado aos promotores locais nas fases iniciais do desenvolvimento de projetos constitui um obstáculo significativo ao desenvolvimento de projetos de energias renováveis, em especial para os promotores locais.

As interdependências entre as fases do ciclo de vida do desenvolvimento do projeto significam que uma preparação inadequada do projeto na fase inicial restringe o número de projetos em fase de preparação que podem aceder e beneficiar da grande quantidade de fundos de preparação do projeto disponíveis para os promotores após a fase de pré-viabilidade. As instituições de financiamento de desenvolvimento, os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) e os doadores têm um papel importante a desempenhar para ajudar a colmatar este défice de financiamento da pré-viabilidade (Gerbert et al., 2015). Embora possam existir alguns fundos de desenvolvimento de projetos em fase inicial a operar na África Subsaariana, os promotores locais carecem frequentemente de informação sobre onde e como aceder a esses fundos.

Objetivos

Este relatório destaca a inadequação das unidades de pré-viabilidade regionais e globais para a expansão das energias renováveis e do acesso à energia na região da SADC. O relatório considera os desafios enfrentados pelos promotores que implementam projetos de energias renováveis na região, analisa os fundos de pré-viabilidade ou de preparação de projetos em fase inicial existentes na região e a nível mundial para avaliar se apoiam os promotores de projetos de forma adequada, eficaz e eficiente e faz recomendações sobre a forma de melhorar e aumentar estas unidades.

Ao realizar esta investigação, concluímos uma análise documental para compreender que fundos de pré-viabilidade existem atualmente na região da SADC, entrevistámos e realizámos inquéritos de investigação com membros da Rede DFI da SADC e outras instituições financeiras globais, e promotores ativos no setor das energias renováveis.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Este relatório surge num momento oportuno porque, em primeiro lugar, vem na sequência do Fórum Belt and Road (BRF) de outubro de 2024, em Pequim, que assinalou o 10.º aniversário da Iniciativa Belt and Road (BRI), durante o qual o Governo chinês revelou a Parceria de Investimento e Financiamento Verde (GIFP). Embora ainda não tenha sido totalmente concebida, a GIFP promete ser uma nova plataforma para ajudar os países parceiros da BRI a desenvolver projetos verdes. A plataforma fornecerá financiamento para estudos de viabilidade, apoio técnico, um portfólio de projetos verdes em conformidade com as novas diretivas da China (Gallagher, 2023). Espera-se que o Governo chinês lance oficialmente a GIFP no Fórum da Cooperação China-África (FOCAC) em setembro de 2024. Os principais financiadores da iniciativa BRI, o Banco de Desenvolvimento da China, o Banco de Exportação-Importação da China, o Banco Popular da China, a Corporação de Capital Internacional da China e a China Power International manifestaram interesse em participar na parceria. Esta parceria ajudará os intervenientes chineses e os intervenientes dos países parceiros a encontrar a combinação certa de dívida, capital próprio, investimento e subvenções, adaptando-a às circunstâncias de cada projeto ou país, para benefício de ambas as partes. O FOCAC 2024 oferece aos Estados-Membros da SADC uma oportunidade de explorar novas parcerias com instituições financeiras chinesas para co-financiar o desenvolvimento de projetos em fase inicial.

Por outro lado, a Cimeira do Grupo dos 20 (G20) terá lugar na África do Sul em 2025. A Cimeira do G20 de 2023, realizada na Índia, comprometeu-se a triplicar a capacidade de produção de energia renovável até 2030 e os líderes mundiais reiteraram este compromisso na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de um portfólio significativo de projetos bem desenvolvidos. Com a África do Sul como anfitriã, espera-se que a região da SADC dê passos semelhantes na cimeira do próximo ano. Algumas DFI dos países do G20 e fundos filantrópicos manifestaram interesse em conceder financiamento de pré-viabilidade para apoiar estas iniciativas. A cimeira de 2025, portanto, oferece aos Estados-Membros da SADC uma oportunidade de mobilizar financiamento adicional para o desenvolvimento de projetos em fase inicial necessários para cumprir o compromisso de crescimento triplo assumido pelo G20 e pelos líderes mundiais na COP28.

O presente relatório está estruturado da seguinte forma: O Capítulo 2 apresenta uma panorâmica das diferentes fases do ciclo de vida do desenvolvimento do projeto, o âmbito padronizado do trabalho ou das tarefas a realizar em cada fase, os resultados esperados e a(s) parte(s) responsável(eis) pela obtenção dos resultados. O Capítulo 3 analisa os desafios que os promotores de projetos enfrentam ao colocarem os projetos no mercado na região da SADC. O Capítulo 4 apresenta uma visão geral das fontes de financiamento dos estudos de pré-viabilidade. O Capítulo 5 identifica as barreiras ao acesso dos fundos de pré-viabilidade. O Capítulo 6 quantifica o requisito de financiamento para o desenvolvimento de projetos em fase inicial, a fim de alcançar uma nova capacidade de produção de energia renovável de 52,8 GW necessária para o acesso universal à energia e 53% de energias renováveis no cabaz energético da SADC até 2040 e também define as principais características de uma unidade de pré-viabilidade de melhores práticas. O Capítulo 7 conclui com a apresentação das principais recomendações políticas sobre a forma de otimizar as unidades existentes para melhor apoiar os promotores de projetos nas fases iniciais do desenvolvimento de projetos para expandir a capacidade de produção de energias renováveis e o acesso à energia.

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A compreensão das fases do ciclo de vida do desenvolvimento do projeto e do resultado esperado para cada fase é essencial para o desenvolvimento bem sucedido dos projetos. Cada fase subsequente do ciclo de vida do desenvolvimento do projeto depende da conclusão bem sucedida da fase anterior. É esta interdependência entre as fases que frequentemente atrasa a transição dos projetos de uma fase para a seguinte e, em última análise, para a viabilidade financeira, se os resultados esperados nas fases anteriores não forem alcançados. No Capítulo 2, exploramos as várias fases de desenvolvimento do projeto, conforme ilustrado na Figura 3, para realçar a importância da fase de pré-viabilidade na resolução do défice de capacidade de produção de energia renovável na região da SADC.

O relatório parte do princípio de que a legislação e o quadro político essenciais para atrair o investimento já existem e são transparentes e coerentes para atrair os investidores certos.

Figura 3: Fases do desenvolvimento do projeto



Fonte: Elaboração dos autores com base no Grupo de Energia da África Austral (2024).

Os promotores de projetos podem ser pessoas singulares, empresas privadas ou públicas, já que, por vezes, as instituições públicas podem realizar trabalhos de desenvolvimento de projetos para reduzir o risco dos projetos antes dos submeter a concurso. Os promotores de projetos nem sempre dispõem de todos os conhecimentos especializados, i.e., financeiros, jurídicos ou técnicos, para realizar as tarefas necessárias para um resultado bem sucedido em cada fase e têm frequentemente de nomear consultores para realizar algumas das tarefas. Isto requer frequentemente um financiamento significativo, especialmente para os promotores locais e mais ainda para os promotores emergentes, embora esta seja uma percentagem insignificante do custo total do projeto. A falta de financiamento para o desenvolvimento de projetos na fase inicial e de apoio técnico pode provocar o bloqueio dos projetos. Muitos projetos são bloqueados devido à falta de financiamento para contratar consultores para determinadas tarefas do ciclo de vida do projeto.

A Tabela 1 descreve as fases de desenvolvimento do projeto e resume o âmbito e o resultado de cada fase de um projeto típico de energias renováveis, bem como a parte responsável pela obtenção do resultado esperado.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Tabela 1: Ciclo de Vida Típico do Desenvolvimento do Projeto

Fase do Projeto	Âmbito do trabalho	Resultado	Parte responsável
Conceito do Projeto	Definição do projeto. Seleção do local ou confirmação de que o local possui recursos razoáveis de energia renovável, acesso, proximidade da rede e baixo impacto ambiental	Decisão de garantir o acesso ao local (através de direitos de propriedade ou de arrendamento) e de investigar a viabilidade. Definição dos resultados do projeto, os prazos e as partes responsáveis.	O Governo [*] e o promotor ^{**}
Avaliação de pré-viabilidade	Avaliação de alto nível do ambiente, da ligação à rede, dos recursos energéticos renováveis e da capacidade das centrais, dos custos energéticos e do preço da eletricidade e dos riscos associados. Garantia do acesso ao local através de direitos fundiários ou de direitos de arrendamento.	Um estudo de pré-viabilidade. Plano de desenvolvimento (para abordar de forma económica os riscos identificados), decisão de avançar para a fase de estudo de viabilidade financeira, incluindo acesso seguro ao local.	O Governo [*] e/ou o promotor ^{**}
Avaliação de viabilidade financeira	Investigação pormenorizada dos parâmetros do projeto, incluindo estudos ambientais e de ligação à rede, estudo de construtibilidade, estimativas dos custos de aquisição e construção, condições de aquisição de energia e tarifas. Pedido de licenças, incluindo licenças ambientais e de utilização da água e licença de produção de eletricidade.	Um estudo de viabilidade financeira. Decisão preliminar de investimento (compromisso de realizar o projeto se a economia após a finalização estiver dentro do intervalo definido na avaliação de viabilidade).	O promotor
Fecho financeiro	Optimização do local, estratégia e aquisição de contratos, estimativas de custos pormenorizadas e garantia de acordos de ligação à rede, acordos de aquisição de energia e acordos de financiamento.	Decisão final de investimento (para prosseguir com a construção).	O promotor
Construção e Comissão	Construção do parque solar/ eólico pelo(s) contratante(s) selecionado(s), revisão do projeto e supervisão pelo engenheiro do proprietário, comissionamento e testes de aceitação.	Central solar/ eólica comissionada	Empresa do projeto com seu contratante de Engenharia, Aquisições e Construção (EPC)
Operações & Manutenção (O&M)	O&M da central elétrica baseada em energias renováveis nos níveis de desempenho contratados.	Central totalmente operacional	Empresa do projeto com seu contratante de O&M

Fase do Projeto	Âmbito do trabalho	Resultado	Parte responsável
Desativação/ Reaproveitamento	Desmantelamento de instalações antigas/redesenvolvimento de terrenos	Local restaurado/reparoveitado	Empresa do projeto/ Produtor Independente de Energia (IPP)

* O governo é a parte responsável pelos projetos/programas adquiridos pelo governo

** O promotor local é a parte responsável pelos projetos do sector privado

*** Nesta fase, o promotor local associa-se a um promotor/IPP/patrocinador internacional devido à significativa necessidade de financiamento

Fonte: Elaboração dos autores com base no Grupo de Energia da África Austral (2024).

2.1 Conceito/âmbito/definição do projeto

Os projetos devem ser adjudicados com base em resultados/outputs claramente definidos e não com base em insumos. No caso de um projeto de energias renováveis, o governo ou o adquirente ou comprador de eletricidade determina o resultado desejado, ex., uma central de energia solar de 100 MW ou o fornecimento de 292 000 megawatts-hora (MWh) de energia limpa por ano. Esta abordagem baseada em outputs garante que o risco do aumento de custos do projeto seja transferido para a parte que está em melhor posição para gerir tal risco, i.e., a empresa do projeto ou o IPP. Os marcos do projeto, os prazos e a parte responsável também são definidos durante esta fase para evitar sobreposição de responsabilidades e garantir o alinhamento com a estratégia energética nacional. Isto também implica uma análise de alto nível dos requisitos legislativos, tais como licenciamento preliminar e autorização. Este âmbito de trabalho é normalmente realizado pelo promotor do projeto, pois é predominantemente um exercício administrativo e não requer um investimento de capital significativo. O custo para o promotor do projeto nesta fase do desenvolvimento do projeto é principalmente a experiência, o tempo e o esforço.

2.2 Avaliação de pré-viabilidade

Uma vez definido o âmbito do projeto, o promotor do projeto poderá então realizar uma avaliação de pré-viabilidade do projeto e completar as tarefas conforme ilustrado na Figura 4. Em algumas jurisdições e para projetos adjudicados pelo governo, este trabalho pode ser realizado pelo governo. O âmbito do trabalho para esta fase inclui a garantia do acesso ao local do projeto através de uma opção de compra ou arrendamento do terreno, condução de avaliação básicas do local, impacto ambiental, ligação à rede, recursos de energias renováveis, capacidade da central e opções técnicas, para determinar os custos de energia e o desenvolvimento de um modelo financeiro de alto nível com uma tarifa indicativa de energia elétrica. A garantia dos direitos de acesso à terra é um aspecto fundamental desta fase, uma vez que os financiadores não fornecerão financiamento de viabilidade sem eles. Quando um promotor de projeto ou governo não tiver capacidade para realizar o âmbito do trabalho de pré-viabilidade, uma empresa privada ou consultor pode ser contratado.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Figura 4: Atividades realizadas durante a avaliação de pré-viabilidade de um projeto de energias renováveis ligado à rede



Fonte: Elaboração dos autores.

Este é a primeira fase durante o ciclo de vida de desenvolvimento do projeto, onde o promotor do projeto é obrigado a investir capital para o pagamento dos contratantes ou pagar um depósito ao proprietário do terreno para garantir o acesso ao local do projeto. Para a maioria dos promotores de projetos locais e para os novos participantes no mercado das energias renováveis, a angariação de financiamento necessário para completar as tarefas desta fase é um enorme desafio. É importante que esta fase do ciclo de vida do projeto seja realizada adequadamente, pois o estudo de pré-viabilidade determinará se o projeto prosseguirá ou será interrompido, uma vez que constitui a base para a obtenção de financiamento para a preparação do projeto junto aos financiadores. Os projetos frequentemente param durante esta fase inicial, pois os promotores nem sempre dispõem do financiamento necessário para completar as tarefas. Na maioria dos casos, o projeto não está suficientemente desenvolvido para atrair financiamento externo. Algumas instituições financeiras fornecem financiamento em fase inicial ou de pré-viabilidade; estas são discutidas no Capítulo 4. Também se verificou uma mudança de paradigma na fase de pré-viabilidade, uma vez que os financiadores demonstraram maior preferência pelo financiamento da implementação de projetos com impacto tangível.

A Tabela 2 apresenta os custos indicativos das várias atividades realizadas durante a fase de pré-viabilidade delineada na Figura 4 com base em projetos à escala de serviços públicos actualmente em desenvolvimento na região.

Tabela 2: Custo indicativo das atividades de pré-viabilidade

Atividade	Solar (USD)	Eólica (USD)
Garantia do direito de acesso ao terreno (arrendamento)	180,000	180,000
Avaliação de recursos	80,000	190,000
Avaliação básica do local	15,000	15,000
Avaliação do Impacto Ambiental	45,000	45,000
Avaliação da ligação à rede	20,000	20,000
Modelo financeiro de Alto Nível	25,000	25,000
Total	365,000	475,000

Fonte: Elaboração dos autores com base em projectos de escala de serviços atualmente em desenvolvimento.

2.3 Avaliação de viabilidade financeira

O estudo de pré-viabilidade é usado para angariar fundos de preparação do projeto para a avaliação financeira/total da viabilidade do projeto. Para potenciais financiadores, o relatório de pré-viabilidade é uma indicação de compromisso em termos da quantidade de tempo e esforço que o promotor investiu no projeto nessa fase. É também uma indicação da capacidade do promotor do projeto para realizar projetos desta natureza.

O âmbito do trabalho para a fase de avaliação de viabilidade financeira inclui a investigação detalhada dos parâmetros do projeto, tais como estudos de ligação à rede, estudos de construtibilidade, estimativas de custos de compra e construção, condições e tarifas de compra de energia e sua viabilidade. Inclui também pedidos de licenças, autorizações ambientais, licenças de uso de água e licenças de produção de energia. Estas entregas requerem financiamento e, na maioria dos casos, o promotor local é forçado a assegurar um parceiro do projeto, muitas vezes um patrocinador do projeto experiente e com grandes recursos, vendendo uma parte significativa da participação na empresa do projeto após a fase de pré-viabilidade, a fim de obter o financiamento necessário.

Idealmente, as DFIs fornecem financiamento para a preparação de projetos para estudos de financiamento. Não faltam instalações para preparação de projetos; no entanto, o desafio para os promotores locais é garantir o financiamento e as competências necessárias para concluir o estudo de pré-viabilidade.

2.4 Fecho financeiro

O resultado da fase de viabilidade financeira é um caso de negócios ou um memorando de informações do projeto, que os promotores do projeto utilizam para obter o financiamento do projeto. É importante notar que um projeto não alcançará o fecho financeiro ou a finalização a menos que as fases anteriores sejam devidamente concluídas através da identificação dos vários riscos do projeto e da garantia de que estes sejam transferidos para as partes mais bem posicionadas para os gerir. Em alguns casos, os requisitos podem ser dispensados ou diferidos para o fecho financeiro, mas devem ser cumpridos dentro de um determinado prazo, conforme acordado entre os financiadores e o promotor do projeto.

2.5 Construção e Comissão, Operações & Manutenção e Desativação/Reaproveitamento

Após o fecho financeiro, as três últimas fases do ciclo de vida de desenvolvimento do projeto são de responsabilidade dos acionistas/proprietários do projeto representados pela empresa do projeto e seus subcontratantes.

Em resumo, a fase de pré-viabilidade é uma fase crítica no ciclo de vida de desenvolvimento do projeto, pois sem a conclusão satisfatória das atividades principais, um projeto não pode avançar para a próxima fase de desenvolvimento do projeto. O financiamento para esta fase é limitado, uma vez que não há garantias nesta fase de que o projeto seja viável e a maioria das instituições financeiras não está preparada para assumir o risco.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Kadoma, Zimbabwe. Photo by Lidia Daskalova via Shutterstock



CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

Neste capítulo, analisamos os desafios de desenvolvimento de projetos enfrentados pelos promotores na região da SADC. A compreensão destes desafios é fundamental para considerar o apoio que pode ser fornecido aos promotores na região para produzir projetos financiáveis e colmatar as lacunas do portfólio. Os resultados de entrevistas e inquéritos realizados entre os promotores de projetos de energias renováveis da SADC indicam os seguintes como alguns dos desafios que enfrentam:

- Falta de um ambiente propício;
- Baixa capacidade técnica para realizar tarefas em todas as fases;
- Processos dispendiosos na fase inicial que se caracterizam pela falta de financiamento de pré-viabilidade;
- Requisitos rigorosos para aceder ao financiamento;
- Falta de infraestrutura associada e auxiliares para apoiar o desenvolvimento do projeto;
- Incapacidade de garantir acordos de compra.

Estes desafios são examinados em pormenor neste capítulo.

3.1 Falta de um ambiente propício

A implementação bem-sucedida do programa/projeto começa com a criação de um ambiente de investimento favorável por parte do governo anfitrião. As políticas adequadas, ex., uma política nacional de energia, uma política de energias renováveis e um quadro transparente para a aquisição de projetos de energias renováveis a promotores privados, são fundamentais para demonstrar o compromisso do governo anfitrião e para fornecer aos promotores de projetos e potenciais investidores a garantia de que os projetos serão adjudicados de acordo com a legislação existente ou com um quadro de adjudicação transparente que incentive a concorrência, juntamente com um sistema judicial objetivo. Isto também é importante para os potenciais investidores, uma vez que a prova da legalidade e validade dos processos de aquisição e da aplicabilidade dos acordos do projeto é uma condição fundamental do seu financiamento.

A criação de um ambiente propício é da responsabilidade do governo anfitrião e, em alguns casos, com o apoio de parceiros externos sob a forma de assistência técnica bilateral, DFIs, MDBs e fundos filantrópicos. Por exemplo, no caso da África do Sul, o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) forneceu o financiamento para o desenvolvimento do quadro de aquisições no âmbito do Programa de Aquisições de Produtores de Energia Independentes de Energias Renováveis do país. (REIPPPP). O Centro Consultivo Técnico do Governo (GTAC) do Tesouro Nacional da África do Sul acolhe a Instalação de Desenvolvimento de Projetos utilizado para parcerias público-privadas registadas no Tesouro Nacional. Estes fundos assumem a forma de subvenções recuperáveis ou empréstimos a juros bonificados. Outros Estados-Membros da SADC, como Angola, Botsuana e Namíbia, desenvolveram os seus próprios quadros de adjudicação e estão a implementar projetos bem-sucedidos.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

3.2 Baixa capacidade técnica

O setor das energias renováveis ainda está na sua fase inicial na África Subsaariana e a maioria dos Estados-Membros da SADC carecem de capacidade local e competências técnicas para realizar avaliações de recursos de energias renováveis, modelação financeira, estudos de mercado e desenvolver memorandos de informação sobre projetos. Isto é pertinente para projetos baseados em tecnologias de baixo carbono recentemente comercializadas e novas no mercado, incluindo projetos de energias renováveis na maioria das economias em desenvolvimento. Os países como a África do Sul tiveram de recorrer a conhecimentos técnicos e jurídicos internacionais para capacitar tanto o governo como o setor privado nas fases iniciais do desenvolvimento do setor das energias renováveis. Apesar de mais de 10 anos de desenvolvimento de energias renováveis na África Austral, muitos Estados-Membros ainda não possuem a profundidade de conhecimentos técnicos necessários e têm de importar essas competências da África do Sul ou de países desenvolvidos. Os promotores de projetos nem sempre possuem as competências necessárias e, por isso, dependem de consultores independentes. No caso de avaliações de impacto ambiental, apenas profissionais certificados estão registados para realizar essas avaliações.

3.3 Falta de financiamento de pré-viabilidade para o desenvolvimento de projetos em fase inicial

Nas fases iniciais do ciclo de vida de desenvolvimento do projeto, o projeto ainda não está isento de riscos e há pouco interesse por parte de potenciais investidores. O capital de lançamento é limitado para a definição do âmbito do projeto, a garantia do local do projeto e as avaliações e conceções iniciais, que são pré-requisitos para o financiamento da preparação do projeto. O promotor do projeto deverá, por conseguinte, financiar as fases iniciais com os seus próprios recursos ou capital social, juntamente com o financiamento de subvenções dos MDBs ou DFIs. Quando o financiamento é fornecido pelas DFIs ou MDBs, é frequentemente através de um instrumento de empréstimo que é recuperável no fecho financeiro, enquanto o financiamento por investidores-anjos é frequentemente convertido em capital próprio permanente no fecho financeiro. Na maioria dos casos, os promotores locais não sabem onde ou como aceder ao financiamento para o desenvolvimento de projetos na fase inicial e os projetos muitas vezes ficam parados. No caso dos MDBs e DFIs, estes podem também querer ter o primeiro direito de recusa ao conceder o financiamento da dívida do projeto no fecho financeiro. Isto não constitui um desafio para os promotores, desde que o financiamento do MDB e DFI seja concedido em condições relacionadas com o mercado.

3.4 Processos dispendiosos na fase inicial

Uma análise ou avaliação de alto nível do impacto ambiental e social do projeto, da ligação à rede, dos recursos energéticos renováveis, da capacidade da central, dos custos de energia e do modelo financeiro básico, incluindo as tarifas de eletricidade durante a fase de pré-viabilidade, muitas vezes implica a contratação de prestadores de serviços terceiros. Isto exige um investimento de capital significativo, particularmente para uma pequena empresa em fase de arranque ou para novos participantes no mercado das energias renováveis. Sem estas avaliações, o projeto não consegue avançar para a fase de viabilidade financeira. Nos casos em que um promotor consegue garantir financiamento privado, isso muitas vezes tem um custo elevado em termos de capital próprio do projeto, possivelmente até 40 por cento.

3.5 Requisitos de acesso rigorosos

A maior parte dos fundos exige que o promotor contribua com uma parte do financiamento necessário, normalmente designado por “skin in the game” (contribuição própria), a fim de desbloquear o co-financiamento. Alguns financiadores aceitam agora o capital suado como co-financiamento dos promotores de projetos, mas estes são poucos e raros.

3.6 Falta de infraestrutura associada para apoiar o desenvolvimento do projeto

Na maioria dos países africanos, o desenvolvimento de redes de transmissão é da competência da empresa de eletricidade e/ou da sua filial. O ritmo de desenvolvimento da infraestrutura da rede de transmissão para evacuar a energia dos locais dos projetos para o mercado não acompanhou o desenvolvimento dos projetos de produção de energias renováveis. Para além dos países que têm programas de eletrificação rural em vigor, a maioria das áreas remotas não tem capacidade de rede, uma vez que os governos deram prioridade ao desenvolvimento da rede de transmissão em áreas com elevada atividade económica, pois o custo do investimento é facilmente recuperável. Isto significa que, embora estes locais remotos e os recursos possam ser ideais para um projeto de energias renováveis, o promotor não poderá evacuar a energia se a ligação à rede não estiver nas proximidades do local do projeto ou não constar da lista de projetos prioritários da empresa de serviços públicos. O comprimento e a capacidade da linha de transmissão desde a central elétrica até à sub-estação mais próxima também são críticos, especialmente quando financiados como parte do custo do projeto, uma vez que o custo pode potencialmente tornar o projeto inviável. O atraso no desenvolvimento da infraestrutura de transmissão também tem influência e tem dificultado o desenvolvimento de projetos de energias renováveis à escala dos serviços públicos que poderiam acelerar a integração regional entre os Estados-Membros da SADC.

A infraestrutura de transmissão de electricidade é, na sua maioria, financiadas pela empresa de serviços públicos fora do seu balancete ou através de empréstimos. Os financiamentos concessionais para infraestrutura de rede estão disponíveis nos MDBs e nas DFIs europeias, como a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), o Banco Europeu de Investimento e o Banco Mundial. Com a liberalização do mercado da eletricidade, o capital privado está disponível quando existe um mecanismo claro de financiamento e de reembolso. O investimento na rede de transmissão assume, por conseguinte, a forma de subvenções dos governos dos países de acolhimento, empréstimos concessionais das DFIs e financiamento de projetos nos casos em que o quadro jurídico prevê a participação do setor privado no desenvolvimento da rede de transmissão. A Unidade de Financiamento da Infraestrutura de Transmissão Regional (RTIFF), criada pelo SAPP, abordará o desafio da falta de financiamento para o desenvolvimento de infraestrutura de transmissão regional que poderiam acelerar a implantação de projetos de energias renováveis ao longo dos corredores de transmissão e o acesso global à energia.

3.7 Incapacidade de garantir acordos de compra

Para completar o estudo de pré-viabilidade, o promotor precisa de obter cartas de manifestação de interesse de compra. Este processo exige que o promotor apresente um balancete sólido e um historial de desenvolvimento, entrega e implementação de projetos bem sucedidos. Para os novos operadores do setor, é difícil garantir acordos de compra, a menos que se associem a um promotor estabelecido. Neste caso, o promotor local é forçado a vender uma parte do seu capital.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Quando a infraestrutura é de importância estratégica para um comprador com um balancete sólido, o comprador pode estar preparado para co-financiar o trabalho de desenvolvimento através de pagamentos antecipados de tarifas. Este conceito não é novo, uma vez que é amplamente utilizado no desenvolvimento de torres de telecomunicações e no setor mineiro. Com a atual situação de insegurança energética na maioria dos Estados-Membros da SADC, as grandes empresas utilizam frequentemente este mecanismo de financiamento para auditorias energéticas no caso de projetos de eficiência energética e deduzem o pagamento antecipado da auditoria energética do primeiro pagamento/poupança do projeto de eficiência energética.

Em resumo, os promotores de projetos de energias renováveis procuram políticas governamentais transparentes e coerentes, financiamento para estudos de pré-viabilidade, acesso a informações sobre o financiamento disponível para estudos de pré-viabilidade, processos de aprovação de financiamento curtos e simples e reforço das capacidades.

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

O Capítulo 4 apresenta uma visão geral das unidades de pré-viabilidade existentes na SADC e a nível global/internacional que apoiam os promotores de projetos nas fases iniciais do desenvolvimento do projeto. Estabelece igualmente critérios de financiamento fundamentais para avaliar a sua adequação e eficácia na abordagem dos desafios identificados no Capítulo 3.

Foi realizado um inquérito entre os membros da Rede da DFI da SADC (Network) e outras instituições financeiras para determinar as unidades e/ou fundos disponíveis para a preparação de projetos em fase inicial na região e a nível internacional. O grupo-alvo da população era constituído pelos sete membros da Rede da DFI da SADC que têm um mandato de infraestrutura e cinco instituições financeiras internacionais. O inquérito às DFIs e às instituições financeiras consistiu num questionário que procurou estabelecer as unidades de preparação de projetos existentes nos Estados-Membros da SADC, a sua base de financiamento, quais as instituições que fornecem financiamento de pré-viabilidade como parte da sua proposta de valor e estabelecer a adequação destas unidades. Procurou também estabelecer os termos e condições de financiamento de alto nível para avaliar se são facilmente acessíveis aos promotores e para recomendar áreas de melhoria. Estes inquéritos foram complementados por entrevistas individuais com o pessoal da DFI e das instituições financeiras.

As unidades/fundos identificados são classificados entre os que existem nos Estados-Membros da SADC e os que existem fora da região da SADC, i.e., os fundos globais.

4.1 Conclusões

Os resultados do inquérito e das entrevistas revelam que existe uma falta evidente de fundos para a preparação de projetos de pré-viabilidade e de apoio para colmatar a lacuna no financiamento da preparação de projetos de energias renováveis na região da SADC. A região da SADC não dispõe de unidades de preparação de projetos dedicadas às energias renováveis e à eficiência energética.

A Região dispõe de três unidades de preparação de projetos transfronteiriços, nomeadamente, a Unidade de Preparação de Projetos do DBSA, a PPDF da SADC gerido pelo DBSA e o Fundo de

Preparação de Projetos da PAU do SAPP. Apenas o Fundo de Preparação de Projetos da PAU do SAPP é dedicado ao apoio a projetos de produção e transmissão de energia. O setor das energias renováveis deve competir pelo financiamento da pré-viabilidade. A Unidade de Preparação de Projetos do DBSA e a PPDF da SADC gerido pelo DBSA têm um mandato para o setor da infraestrutura regional. As unidades de preparação de projetos disponíveis em todos os países tendem a focar-se em todos os setores da economia, não existindo um fundo específico para as energias renováveis e a eficiência energética. As energias renováveis têm de competir com outros setores e sub-setores energéticos.

As DFIs nacionais têm unidades locais introspectivas. Embora algumas delas se concentrem no financiamento de projetos de infraestrutura, tendem a ter uma perspectiva mais diversificada e a cobrir todos os setores da economia.

As DFIs regionais e as instituições financeiras internacionais têm desafios com a qualidade dos projetos que são normalmente apresentados para financiamento. Estes variam entre projetos mal definidos e alguns com pequenas dimensões de negócio que requerem uma quantidade de esforço e recursos desproporcionada em relação aos grandes projetos. A credibilidade dos promotores e a falta de conhecimentos especializados por parte dos mesmos foram motivo de preocupação para as DFIs regionais e as instituições financeiras internacionais.

A incerteza política e os atrasos institucionais e regulamentares também têm um impacto na preparação dos projetos. As informações sobre as instalações regionais e mundiais de preparação de projetos não estão prontamente disponíveis e acessíveis aos promotores de projetos que necessitam de serviços de preparação de projetos. As DFIs são geralmente adversas ao risco e exigem que os promotores demonstrem a sua contribuição própria ("skin in the game") como forma de demonstrar o seu nível de compromisso. Os critérios de elegibilidade são rigorosos e, nalguns casos, exigem uma grande quantidade de elementos de preparação do projeto, que são dispendiosos, antes da candidatura ao financiamento.

Os resultados mostram que as unidades existentes na SADC e a nível mundial não são suficientes para enfrentar os atuais desafios dos promotores se a região da SADC quiser alcançar o acesso universal à energia e 53% de energias renováveis no cabaz energético até 2040. Por conseguinte, são necessárias unidades adicionais para colmatar o défice de capacidade de produção de energia renovável de 52.8GW.

Os resultados dos inquéritos e das entrevistas são analisados nas sub-secções seguintes.

4.2 Unidades/fundos de pré-viabilidade da SADC

A Rede das DFIs da SADC é constituída por 41 instituições nos Estados-Membros da SADC que apoiam os objetivos de desenvolvimento da região, incluindo o desenvolvimento de infraestrutura, o desenvolvimento industrial, a agricultura, o desenvolvimento habitacional, o desenvolvimento empresarial e a sustentabilidade ambiental. Trinta e quatro dos mandatos dos membros da Rede excluem a infraestrutura. Os outros sete são membros do grupo de trabalho sobre Infraestrutura e Mobilização de Recursos da Rede de Financiamento do Desenvolvimento da SADC e o grupo-alvo do inquérito.

As DFIs do grupo-alvo dispõem de mecanismos próprios de preparação de projetos, financiados por alocações orçamentais anuais do fisco e/ou por receitas próprias. Todas as unidades nacionais de preparação de projetos das DFIs têm um mandato nacional, exceto a Unidade de Preparação de Projetos do DBSA, que tem um mandato para a África Subsariana. O DBSA também gere

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

a Unidade de Desenvolvimento de Preparação de Projetos da SADC, que tem um mandato regional. O Grupo de Energia da África Austral (SAPP), uma subsidiária da SADC responsável pela coordenação do planeamento e operação do sistema de energia eléctrica entre os serviços públicos membros, também coordena o Fundo de Preparação de Projetos da Unidade Consultiva de Projetos do SAPP (SAPP PAU). A Tabela 3 apresenta as unidades e os fundos.

Tabela 3: Fundos de desenvolvimento de preparação do projeto na Região da SADC

DFI / Financiador	País	Nome do Fundo
Banco de Desenvolvimento de Angola (DBA)	Angola	Fundo de Desenvolvimento Nacional (NDF)
Banco de Desenvolvimento Nacional do Botsuana (NDBB)	Botsuana	Transição da Energia Verde para uma Agricultura Sustentável
Banco de Desenvolvimento da Namíbia (DBN)	Namíbia	Fundo de Preparação do Projeto
Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA)	África do Sul	Unidade de Preparação do Projeto do DBSA (PPF)
Corporação de Desenvolvimento Industrial da África do Sul (IDC-SA)	África do Sul	Unidade de Preparação do Projeto da IDC
Corporação de Desenvolvimento Industrial do Zimbabué (IDC-Zimbabwe)	Zimbabué	Fundo de Desenvolvimento para a Preparação do Projeto
Banco de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Zimbabué (IDBZ)	Zimbabué	Fundo de Capital para o Desenvolvimento Industrial
SADC e Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)	Regional	Unidade de Desenvolvimento de Preparação do Projeto (PPDF) (gerido pelo DBSA)
O Banco Mundial, a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e os Fundos Fiduciários de Multidoadores (MDTF)	Regional	Fundo de Preparação do Projeto da Unidade Consultiva do Projecto do Grupo de Energia da África Austral (SAPP PAU)

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito.

Estas DFIs prestam apoio à preparação de projetos para estudos de pré-viabilidade, estudos de viabilidade e serviços de consultoria necessários para estruturar o projeto e mobilizar capitais próprios e empréstimos, mas têm requisitos de acesso rigorosos, sendo o impacto no desenvolvimento um critério de elegibilidade fundamental.

Além disso, os patrocinadores e promotores do projeto têm de demonstrar que possuem a capacidade técnica para supervisionar e implementar o projeto. O patrocinador do projeto deve confirmar a fase de preparação do projeto e apresentar provas das fases concluídas, tais como um relatório de pré-viabilidade, estudos de mercado independentes com não mais de 12 meses e demonstrar que os direitos de acesso ao terreno foram garantidos sob a forma de um contrato de arrendamento ou de compra de terrenos. As autorizações ambientais, as licenças de utilização da água e as aprovações de utilização dos terrenos devem ser garantidas e todos os obstáculos legais regulamentares, como a ligação à rede e a prova de que o projeto foi registado junto da entidade reguladora da energia, devem ser resolvidos para evitar atrasos.

A unidade de preparação de projetos do DBSA limita-se a atividades de desenvolvimento de projetos da última milha, tais como a conceção pormenorizada de projetos, o desenvolvimento do memorando de informação do projeto e a análise do estudo de procura/mercado, pelo que não está orientada para a fase de pré-viabilidade. Os patrocinadores do desenvolvimento do projeto devem confirmar o orçamento de desenvolvimento, incluindo os comprovativos de despesas e o défice de financiamento, com um calendário para os trabalhos pendentes e os prazos de implementação. O patrocinador do projeto deve co-financiar ≥ 50 por cento do orçamento de desenvolvimento do projeto e apresentar uma proposta do plano de implementação após a conclusão de um estudo de viabilidade financeiro.

Embora houvesse fundos disponíveis para a preparação de projetos nestas DFI, a maioria tendia a favorecer projetos na fase de viabilidade, por oposição à pré-viabilidade, que alguns consideram um custo irre recuperável. As sete instituições fornecem diferentes formas de financiamento para o desenvolvimento de projetos de energias renováveis e de eficiência energética em fase inicial. No entanto, o financiamento não se destina exclusivamente às energias renováveis e à eficiência energética, mas também a outros setores de infraestrutura, embora os projetos sejam predominantemente do setor da energia.

A maioria das DFI da SADC não tem dimensão suficiente para justificar janelas de financiamento dedicadas às energias renováveis, dada a elevada procura de financiamento de outras prioridades de desenvolvimento concorrentes fora do setor da energia. É igualmente importante salientar que, entre as unidades nacionais de preparação de projetos das DFI, apenas o PPF do DBSA tem um mandato transfronteiriço e que este não se limita à região da SADC, estando disponível para o resto da África Subsaariana. Os promotores nos Estados-Membros da SADC devem, por conseguinte, competir com outros promotores de países não pertencentes à SADC pelo financiamento.

4.2.1 Parceiros/investidores para o financiamento/unidade

O financiamento das unidades de preparação de projetos das DFI nacionais provém, em geral, de recursos orçamentais inscritos nas alocações orçamentais anuais dos respetivos governos e de receitas anuais geradas pelos próprios. No entanto, a alocação de financiamento do fisco para todas as DFI não é clara. É importante notar que a alocação financeira do tesouro nacional para as atividades de preparação de projetos da DFI é insignificante e não é proporcional às necessidades financeiras do setor de infraestrutura em geral.

O Banco de Desenvolvimento de Angola (DBA) está capitalizado com uma linha de crédito de €mil milhões do Deutsche Bank para o Ministério das Finanças. Os parceiros financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento do Botsuana são o Ministério do Ambiente Alemão e o Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). O PPF do DBSA é atualmente financiado a partir dos recursos internos do DBSA e revisto anualmente de acordo com o portfólio previsto de projetos. As instalações de preparação de projetos da Corporação de Desenvolvimento Industrial (IDC) da África do Sul, propriedade do Estado, também são financiadas por recursos internos.

4.2.2 Objetivo do fundo/unidade

As sete DFI da SADC apoiam uma série de atividades de preparação de projetos, mas apenas três fornecem financiamento de pré-viabilidade, como mostra a Tabela 4.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Tabela 4: Objetivo do fundo/unidade do projeto

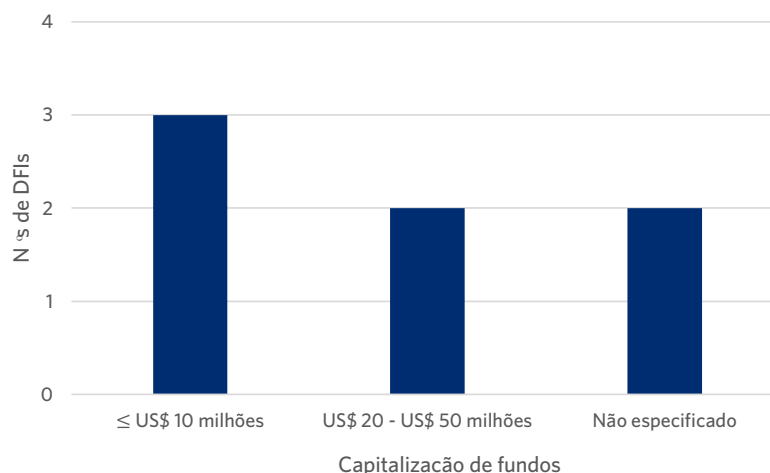
Objetivo do Fundo	Nome da DFI						
	DBA	DBN	DBSA	IDBZ	IDC-SA	IDC-ZW	NDBB
Estudos de pré-viabilidade		✓			✓		✓
Estudos de viabilidade	✓	✓	✓		✓		
TA e/ou consultoria		✓	✓				✓
Capacitação / formação							✓
Mobilização de financiamento do setor privado para projetos	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito.

As instituições financeiras estão mais inclinadas a mobilizar o financiamento do setor privado para os projetos, uma vez que, nesta fase, os projetos já estão suficientemente reduzidos em termos de risco e têm mais probabilidades de chegar ao fecho financeiro. Quatro DFIs apoiam atividades da fase de viabilidade, mas apenas uma fornece reforço de capacidades e formação para a preparação de projetos. Três das instituições financeiras fornecem financiamento de pré-viabilidade, bem como assistência técnica e/ou serviços de consultoria para aumentar as hipóteses da preparação do projeto atingir a viabilidade bancária.

4.2.3 Capitalização de fundos

Três DFIs têm uma capitalização para a preparação de projetos até \$10 milhões, enquanto o DBSA, com o seu mandato regional, tem uma capitalização entre \$20 milhões a \$50 milhões, que está sujeita a revisão anual de acordo com o portfólio de projetos. A IDC-SA dispõe de uma alocação anual de aproximadamente \$32 milhões, que atende a todos os setores da economia. A capitalização do fundo do DBA baseia-se em 5% do imposto petrolífero e 2% das receitas dos diamantes. Não foram fornecidas informações claras sobre a unidade do NDBB. O intervalo de capitalização dos fundos entre as DFIs é apresentado na Figura 5.

Figura 5: Capitalização de fundos

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito.

4.2.4 Duração do fundo

O DBA tem um fundo rotativo que não tem uma duração definida, enquanto o DBN tem uma duração de 20 anos. O PPF do DBSA e o IDBZ têm uma duração de cinco a sete anos e a unidade de preparação de projetos da IDC do Zimbabué tem uma duração máxima de cinco anos. A IDC da África do Sul gere um fundo rotativo que é reabastecido numa base anual. A duração do fundo do NDBB não foi especificada.

4.2.5 Limiares de financiamento

Cinco DFIs especificaram os seus limiares de empréstimo, que variam entre \$200.000 no caso do DBSA até \$10 milhões no caso do DBA. A gama de limiares de financiamento entre as DFIs é apresentada na Tabela 5.

Tabela 5: Limiares de financiamento

Nome da DFI	Limiar mínimo de empréstimo	Limiar máximo de empréstimo
DBA	≤ US\$1 milhão	US\$ <10 milhões
DBN	US\$1 - US\$2 milhões	US\$ 2 milhões
DBSA	US\$200 000	US\$ 3 milhões
IDC-SA	Mais de US\$5 milhões	US\$ 4 milhões
IDC-ZW	≤ US\$1 milhão	US\$ 1 milhão
IDBZ	Não especificado	Não especificado
NDBB	Não especificado	Não especificado

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito.

4.2.6 Instrumentos de financiamento

As DFIs oferecem uma variedade de instrumentos de financiamento para a preparação de projetos. Algumas instituições oferecem uma combinação de subvenções puras, subvenções reembolsáveis /recuperáveis e empréstimos concessionais e comerciais para a preparação de projetos. O DBA oferece subvenções puras e empréstimos comerciais, enquanto o NDBB oferece subvenções apenas para projetos agrícolas. O DBN concede uma combinação de empréstimos comerciais reembolsáveis e subvenções recuperáveis. O DBSA e a IDC-ZW oferecem empréstimos concessionais e comerciais que são reembolsáveis no fecho financeiro. O DBSA também concede subvenções reembolsáveis a entidades do setor público. O financiamento da IDC-África do Sul para a preparação de projetos assume a forma de empréstimos comerciais. O BIDZ oferece uma oferta mais diversificada de subvenções reembolsáveis/recuperáveis e empréstimos em condições favoráveis. A Figura 6 é uma representação esquemática dos instrumentos de financiamento e do número de DFIs que fornecem cada instrumento:

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

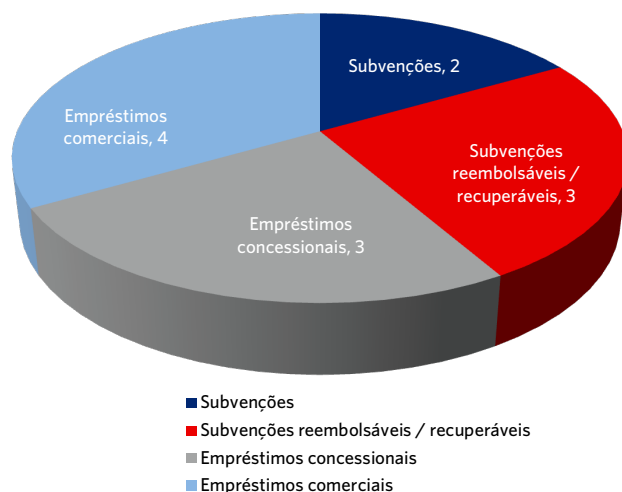
CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Figura 6: Instrumentos de financiamento baseados nos resultados dos inquéritos



Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito.

Existe uma expectativa geral entre as DFI de que, através do financiamento da preparação dos projetos, estes atinjam a fase de viabilidade bancária. Nesta fase, as DFI, como o DBSA, exigirão o primeiro direito de recusa para fornecer financiamento da dívida a projetos na fase de fecho financeiro. No caso da IDC-África do Sul, o financiamento da preparação do projeto pode fazer parte da sua contribuição de capital.

4.2.7 Termos e condições de financiamento

Os termos de financiamento dos vários instrumentos variam consoante as DFI, desde taxas concessionais a taxas comerciais. A taxa de juros do DBA varia de acordo com o projeto e é cobrada à Taxa Interbancária Oferecida do Euro (EURIBAR) +1,9 % ao ano com um período de graça de 1,5 anos e com um período de reembolso mínimo de dois anos e máximo de 12 anos.

Os fundos da DBN para a preparação do projeto são avaliados a taxas comerciais numa base de co-financiamento e com preferência pela concessão de dívida sénior no fecho financeiro. O DBSA indicou preferência pelo reembolso do empréstimo para a preparação do projeto, acrescido de uma margem de lucro pelo risco assumido, ou pela conversão do empréstimo para a preparação do projeto em capital próprio, na proporção de 1 dólar por cada dólar investido, com o requisito fundamental de ser o organizador principal mandatado (MLA) e de ter o primeiro direito de recusa de fornecer a dívida sénior para o projeto. Os termos e condições do BIDZ também incluem o direito de fornecer a dívida sénior do projeto no fecho financeiro.

A opção preferida da IDC-África do Sul é converter o empréstimo para a preparação do projeto em capital próprio no projeto a uma taxa de \$1 por cada \$1 investido, mais uma margem de lucro para o risco assumido, enquanto a IDC do Zimbabué fixa o preço do financiamento a taxas concessionais. O NDBB não especificou os seus termos e condições para o financiamento da preparação dos projetos.

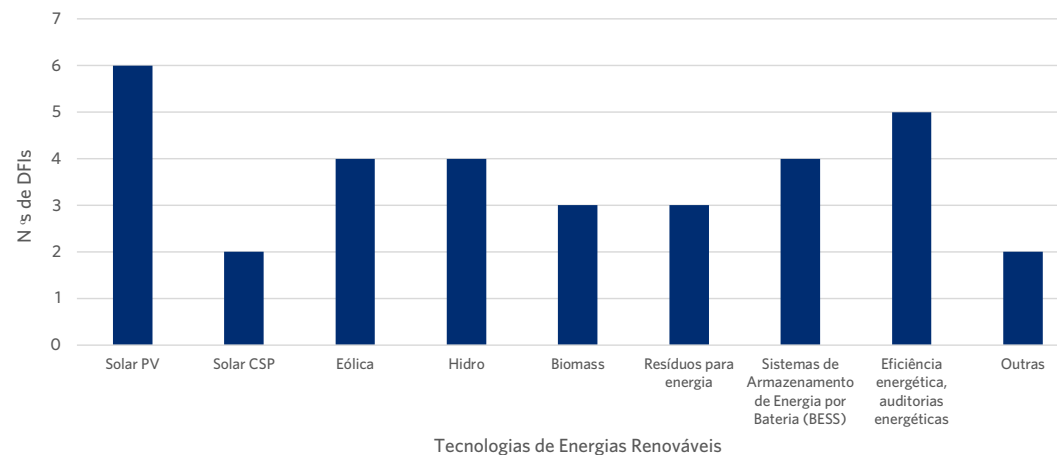
4.2.8 Prazos de aprovação e de desembolso

O tempo decorrido entre o pedido e a aprovação e o desembolso foi estimado entre 1.5 a 6 meses. Três DFI's demoram até 1.5 meses, outras três entre 1.5 e três meses para finalizar o processo, enquanto uma DFI estimou que o processo de aprovação e desembolso demora entre três e seis meses para finalizar o processo. Os prazos de entrega estimados estavam sujeitos à qualidade das apresentações e à adequação da documentação de apoio.

4.2.9 Tecnologias de energias renováveis elegíveis

Todas as DFI's inquiridas apoiam tecnologias de energias renováveis. Embora a IDC-África do Sul tenha anteriormente apoiado uma grande reserva de tecnologias tradicionais, passou a focar-se nas novas tecnologias emergentes, que incluem o hidrogénio verde e os sistemas de armazenamento de energia em baterias. O NDBB é a única DFI que apoia as tecnologias solares térmicas. O DBSA tem um mandato para auditorias de eficiência energética e energia em conformidade com o seu quadro de construção verde. A figura 7 é uma representação esquemática das tecnologias elegíveis de energias renováveis apoiadas pelas DFI's:

Figura 7: Tecnologias de energias renováveis elegíveis com base nos resultados do inquérito das DFI's da SADC



Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito .

4.2.10 Critérios de elegibilidade para aceder ao financiamento

Os principais critérios de elegibilidade exigidos pelas DFI's são os requisitos de co-financiamento, os modelos financeiros de alto nível, os direitos de acesso à terra e os estudos de delimitação do âmbito. Estas atividades exigem recursos financeiros iniciais significativos para a sua preparação, os quais os promotores normalmente não possuem.

Estes requisitos também têm geralmente prazos de execução longos que, em última análise, afetam o ritmo a que os promotores podem aceder ao financiamento da pré-viabilidade e concluir esta fase do desenvolvimento do projeto. A figura 8 é uma representação esquemática dos critérios de elegibilidade com base nos resultados do inquérito.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

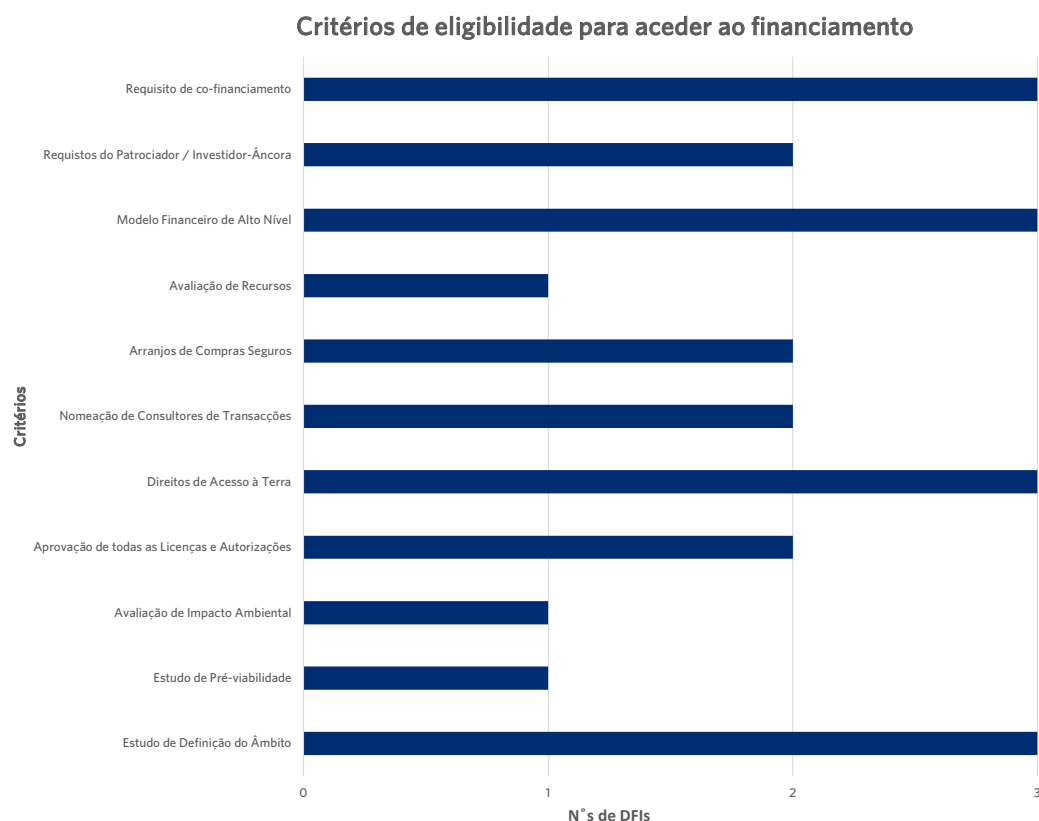
CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Figura 8: Critérios de elegibilidade



Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito .

4.2.11 Número de projetos financiados

O número de projetos que beneficiaram dos fundos de preparação de projetos das DFIs nacionais da SADC é geralmente baixo. Apenas duas DFIs tinham financiado até 10 projetos cada, uma entre 10 e 20 projetos e outra entre 20 e 40 projetos desde a sua criação. A taxa de sucesso é geralmente baixa devido aos requisitos rigorosos e à fraca preparação dos projetos, o que reflete a falta de capacidade de preparação dos projetos por parte dos promotores.

4.2.12 Nível de financiamento catalisado pelo setor privado

O DBN, o DBSA e a IDC-ZW mobilizaram, cada um, mais de \$500 milhões de dólares de financiamento do setor privado, enquanto a IDC-SA conseguiu atrair entre \$500 e \$750 milhões.

4.2.13 Principais desafios da DFI

A apreciação e a aprovação de projetos para financiamento são geralmente dificultadas e atrasadas por projetos mal preparados, o que é frequentemente atribuído à falta de capacidade de preparação de projetos e de competências dos promotores. A insuficiência de documentos comprovativos para fundamentar a tomada de decisões foi também considerada uma causa de atraso na aprovação do financiamento dos projetos. As políticas governamentais inconsistentes e por vezes em mudança atrasam as atividades de preparação dos projetos.

4.3 A Unidade de Desenvolvimento para a Preparação de Projetos da SADC

A PPDF da SADC foi criada em 2008 para apoiar a preparação de projetos financiáveis nos principais setores de infraestrutura na região da SADC. A unidade foi posteriormente lançada em 2010. A PPDF da SADC destinava-se a colmatar a falta de financiamento para a preparação de projetos de infraestrutura na região e é apoiado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento de Infraestrutura Regional da SADC (RIDMP). O RIDMP tem por objetivo promover e contribuir para o reforço da integração económica regional, a fim de melhorar o crescimento económico sustentável e a realização de resultados, resolvendo os problemas de desenvolvimento de infraestrutura. O financiamento é feito principalmente através de subvenções para a preparação de projetos de infraestrutura regionais transfronteiriços.

A unidade é acolhida e administrada pelo DBSA e pelo Secretariado da SADC como Agência de Execução do Projeto para a implementação do Memorando de Acordo. A PPDF da SADC devia ser capitalizada pelos Estados-Membros da SADC, tendo a União Europeia (UE) e o Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) como Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs). Até à data, a UE contribuiu com \$11,7 milhões e o KfW com um total de \$25,6 milhões.

Os setores elegíveis são a energia, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), os transportes, a água e o saneamento e a infraestrutura turística. O portfólio é atualmente composto por 17 projetos aprovados com um compromisso de 30 milhões de dólares. Oito projetos foram concluídos, dois estão a ser implementados, enquanto quatro estão na fase de fecho financeiro e três na fase de angariação de fundos. A discriminação dos setores está disponível na Tabela 6.

Tabela 6: Portfólio da PPDF da SADC

Fase do projeto	Sector e número de projetos			
	Energia	Transporte	Água	Total
Projetos aprovados	11	3	3	17
Projetos concluídos	5	1	2	8
Fase de angariação de fundos	3			3
Fecho financeiro	1	1	2	4
Implementação		1	1	2

Fonte: Elaboração pelos autores dos resultados do inquérito e das entrevistas.

Os projetos do setor da energia que foram considerados no âmbito da PPDF da SADC incluem a produção de energia (i.e., hidrogénio verde e energia hidroelétrica), projetos de transmissão e apoio institucional à política e ao comércio de energias renováveis. Alguns dos projetos de transmissão estavam a ser preparados no âmbito da Unidade Consultiva de Projetos (PAU) do SAPP, com recursos adicionais do Banco Mundial e do Fundo Fiduciário de Múltiplos Doadores (MDTF) no âmbito do programa Aceleração dos Projetos Regionais de Transformação Energética (AREP). A PPDF da SADC destina-se a entidades do setor público e do setor privado no âmbito de um acordo de parceria público-privada. Neste último caso, uma carta de mandato ou um contrato entre entidades públicas e privadas deve ser apresentado como parte de um pedido de financiamento.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Os projetos no âmbito da PPDF da SADC são examinados quanto à sua adequação em conformidade com os objetivos da PPDF. Os critérios de seleção baseiam-se na adequação setorial ou estratégica dos setores prioritários de infra-estrutura da SADC e do DBSA, no impacto do desenvolvimento e nas prioridades de desenvolvimento regional e institucional. Um projeto deve estar alinhado com o RIDMP da SADC e os patrocinadores do projeto devem demonstrar que têm capacidade para implementar o projeto ou que têm planos credíveis para reforçar essa capacidade.

A subvenção não reembolsável da PPDF da SADC contribui com um mínimo de 5 por cento do custo total para cobrir as atividades de preparação do projeto identificadas pelos promotores do projeto. Embora vários projetos de transmissão do setor da energia tenham beneficiado da PPDF da SADC, apenas dois grandes projetos hidroelétricos, Luapula (789 MW) e Mulembo Leyla (106 MW), receberam financiamento.

4.3.1 Desafios da PPDF da SADC

Operacionalizados em 2008, os acordos do quadro da PPDF da SADC apresentam os Estados-Membros da SADC, o KfW e a UE como parceiros de financiamento. No entanto, apenas o KfW e a UE financiaram a PPDF. O primeiro projeto desde a operacionalização da unidade em 2008 foi considerado em 2015. Com base nas entrevistas efetuadas, a PPDF da SADC tem vários desafios, incluindo:

- Um fraco portfólio de projetos, que inclui projetos mal organizados que não cumprem os critérios mínimos de elegibilidade;
- A PPDF da SADC é uma unidade de preparação de projetos e tem pouca preferência por projetos de pré-viabilidade e, no entanto, a maioria dos projetos recebidos são projetos de desenvolvimento em fase inicial que, pela sua natureza, ainda precisam de avançar para a fase de estudo de viabilidade;
- Falta de capacidade de preparação de projetos entre os proprietários de projetos e, em alguns casos, entre os serviços públicos de energia ou os departamentos nacionais, para preparar projetos de qualidade e com viabilidade financeira para financiamento;
- A natureza não recuperável das subvenções da PPDF da SADC, que tende a contribuir para a falta de compromisso dos proprietários do projeto em executar o processo na sua fase de preparação;
- Processos de tomada de decisão lentos por parte das estruturas governamentais dos Estados-Membros, resultando frequentemente em atrasos na conclusão das atividades de preparação do projeto;
- Falta de coordenação e cooperação quando os projetos incluem múltiplos proprietários;
- Financiamento limitado para atribuir recursos adequados à PPDF da SADC, transformando-a numa unidade sustentável dedicada à prestação de apoio à preparação de projetos.

Os fundos da PPDF estão quase esgotados, com um saldo remanescente de menos de \$10 milhões. Uma vez que a unidade está aberta a todos os setores de infraestrutura, não pode contribuir de forma significativa para satisfazer as necessidades do setor das energias renováveis, que tem de competir com os outros sub-setores da energia (transmissão, energia hidroelétrica, etc.) e com os setores de infraestrutura. Os processos de aprovação dos investimentos são lentos e as taxas de desembolso são baixas.

A participação da UE na PPDF da SADC está atualmente a ser revista. O acordo com o KfW expira em 2025. Após 2025, se os acordos de financiamento da UE e do KfW no âmbito da

PPDF da SADC não forem concluídos, o PPF do DBSA e o Fundo de Preparação de Projetos da PAU do SAPP serão as únicas unidades regionais em funcionamento e o PPF do DBSA deverá apoiar as atividades de preparação de projetos não só na região da SADC mas, no caso do DBSA, em toda a África Subsaariana. O PPF do DBSA também apoiará projetos em todos os setores de infraestrutura e não apenas nas energias renováveis. A operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC é, por conseguinte, fundamental para garantir unidades adequadas de preparação de projetos regionais, a fim de cumprir os objetivos de 2030 e 2040.

No passado, o DBSA administrou e geriu cinco outros mecanismos de preparação de projetos focados na região, cujos prazos de implementação já expiraram. Estes fundos abrangeram todos os setores de infraestrutura que se enquadram no mandato setorial do DBSA de energia, TIC, transporte, bem como água e saneamento, como mostra a Tabela 7.

Tabela 7: Unidades de preparação de projetos expirados do DBSA

Fundo de Preparação do Projeto	Fontes dos Fundos	Duração	Cobertura	Valor do fundo e moeda
Programa de Investimento em Infraestrutura para a África do Sul (IIPSA)	Gov. SA & UE	2013-2023	Regional	€40 Milhões
Tesouro Nacional da África do Sul	Governo SA.	2020-2027	Nacional	R400 Milhões
Fundo de Desenvolvimento Francês (AFD)	AFD	2003-2022	Regional	R113 Milhões
Fundação Melinda & Bill Gates	Fundação M&B Gates	2020-2023	Nacional	\$5 Milhões
Parceria para a Energia e o Ambiente em África (EEP África)	Governos da Finlândia, Reino Unido, Áustria	2010-2015	Regional	Não disponível

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito.

O Fundo de 2010-2015 da EEP para África foi substituído por um Fundo reestruturado da EEP para África, analisado na Secção 4.6. O Fundo da EEP para África foi utilizado para apoiar atividades de pré-viabilidade, tais como estudos de seleção do local para determinar a localização mais adequada, estudos de mercado, avaliações dos recursos eólicos e solares e avaliação das oportunidades de transferência de tecnologia. A extinção do fundo deixou uma enorme lacuna na região da SADC, uma vez que a maioria das DFI nacionais não financiam estas atividades de pré-viabilidade.

4.4 Fundo de Preparação do Projeto da Unidade Consultiva do Projeto do SAPP

A Unidade Consultiva de Projetos (PAU) do Grupo de Energia da África Austral (SAPP) foi criada em 2016 ao abrigo da unidade do SAPP - Aceleração dos Projetos Regionais de Energia/ Transformação (SAPP-AREP), que é financiado pelo Banco Mundial com recursos fornecidos pela Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e pelos Fundos Fiduciários de Múltiplos Doadores (MDTF). O Fundo de Preparação de Projetos inicial ao abrigo da PAU era de \$10 milhões.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

As responsabilidades da PAU-SAPP incluem, entre outras, as seguintes:

- Realização de trabalhos de análise regional;
- Rastreamento, seleção, preparação e acompanhamento da implementação de projetos prioritários regionais utilizando o financiamento de subvenções recebidas pelo Centro de Coordenação - SAPP;
- Desempenho de um papel consultivo junto dos governos e dos serviços públicos da SADC.

Os principais objetivos da PAU são fazer avançar a preparação de projetos prioritários selecionados nos países participantes no SAPP. Apoia projetos em fase inicial (greenfield), realizando os estudos necessários para que os projetos atinjam um estado financiável (estruturação, jurídico, técnico, económico, financeiro, ambiental, social, etc.), bem como projetos avançados (brownfield), completando os estudos pendentes, concluindo as negociações e preparando-os para a obtenção de financiamento.

A Unidade de Financiamento de Infraestrutura de Transporte Regional (RTIFF), preparada no âmbito da PAU do SAPP, é uma instalação de USD\$ 1,3 mil milhões que se destina a financiar infraestrutura transfronteiriça de transmissão de energia utilizando um mecanismo de financiamento misto. O capital, que incluirá fundos climáticos, será mobilizado pelos MDBs, DFIs, bancos comerciais, entre outros. A unidade permitirá a participação de capital privado e público em grande escala para reforçar a rede elétrica da África Austral. Pelo menos US\$100 000 serão atribuídos à PAU do SAPP para apoiar o RTIFF, disponibilizando os seus conhecimentos especializados para a preparação de um portfólio de projetos de transmissão de energia de viabilidade financeira para financiamento.

4.5 Unidades de Apoio Técnico do SACREEE

Para além das instalações mencionadas, o SACREEE também gere unidades de apoio técnico (de natureza não financeira) que estão disponíveis para os promotores de projetos de pequena escala na região, discutidas nas sub-seções seguintes.

4.5.1 A Unidade de Apoio ao Empreendedorismo no Setor das Energias Renováveis da SADC (ESF)

A Unidade de Apoio ao Empreendedorismo no Setor das Energias Renováveis da SADC (ESF) é uma unidade de assistência técnica para o reforço de capacidades e uma plataforma de orientação que apoia empresas de energias renováveis de pequenos e médios empresários (SMEs) nos Estados-Membros da SADC entre 2019-2024. O objetivo da unidade é abordar alguns dos desafios enfrentados pelos empresários, especificamente, para melhorar e reforçar a capacidade das SMEs em avaliar o potencial de negócios da energia sustentável, desenvolver planos de negócios viáveis e pedidos de empréstimo, gerir e manter os seus negócios com sucesso. Além disso, a Unidade tinha também como objetivo aumentar a confiança das instituições financeiras nos sistemas de energia sustentável e criar ligações entre os empresários e as instituições financeiras (SACREEE, 2024). A unidade foi financiada pela Agência Internacional para as Energias Renováveis e pela Parceria UE-África para a Energia através do GIZ.

4.5.2 Iniciativa de Formação & Demonstração Solar Térmica da África Austral (SOLTRAIN+)

A Iniciativa de Formação & Demonstração em Energia Solar Térmica da África Austral (SOLTRAIN+) é uma iniciativa regional de cinco anos que contribui para a transformação de sistemas de energia predominantemente fósseis em sistemas sustentáveis, acessíveis e sem carbono, promovendo a utilização de tecnologias de aquecimento e arrefecimento renováveis (RHC), tais como a energia solar térmica, bombas de calor e medidas de eficiência energética. Proporciona o desenvolvimento de capacidades e a demonstração de sistemas solares térmicos na região da SADC para acelerar a transição energética e a descarbonização. É financiada pela Agência Austríaca de Desenvolvimento.

4.6 Fundos Globais de Pré-viabilidade para as Energias Renováveis

A disponibilidade de financiamento de pré-viabilidade ou de projetos em fase inicial é essencial para produzir um portfólio de projetos financiáveis na região. O número limitado de unidades de preparação de projetos transfronteiriços (especialmente após 2025, se a UE e o KfW não renovarem o financiamento da PPDF da SADC e os Estados-Membros não capitalizarem a PPDF) significa que o PPF do DBSA e o Fundo de Preparação de Projetos da PAU do SAPP serão as únicas instituições da SADC que fornecerão financiamento para a preparação de projetos transfronteiriços. Com vários Estados-Membros a enfrentar desafios financeiros e ainda não totalmente recuperados da pandemia do COVID-19, espera-se uma recapitalização limitada por parte dos governos. O mandato de capitalização do DBSA do PPF até \$50 milhões inclui a África Subsariana e abrange actividades de preparação de projetos de última milha para energia, transportes, TIC e água e saneamento. Esta medida não é adequada para responder aos desafios que os promotores enfrentam na tentativa de aumentar o portfólio de projetos de energias renováveis necessários para atingir a capacidade de produção prevista de 52,8 GW até 2040. Por conseguinte, a Região contará com o Fundo de Preparação de Projetos da PAU do SAPP para o financiamento da preparação de projetos de pré-viabilidade no domínio da energia.

Isto significa que a região da SADC terá de procurar apoio em unidades globais para produzir o portfólio necessário de projetos renováveis financiáveis. No entanto, um número limitado de fundos mundiais oferece unidades para a preparação de projetos em fase inicial. Cinco fundos e instituições financeiras mundiais participaram no inquérito e foram também entrevistados. Estas instituições fornecem financiamento para a fase inicial de projetos de energias renováveis em África e no estrangeiro, conforme descrito na Tabela 8. Esta secção analisa os cinco fundos de pré-viabilidade. Ver no Anexo 2 a lista das instituições internacionais que participaram neste estudo de investigação.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Tabela 8: Fundos mundiais para a preparação de projetos de energias renováveis

Gestor do Fundo	Nome do Fundo
Fundo Nórdico de Desenvolvimento (NDF)	Fundo Fiduciário da Parceria Energia-Ambiente (EEP África)
Agência de Comércio & Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA)	Unidade de preparação de projetos da Agência de Comércio & Desenvolvimento dos Estados Unidos
Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP)	Unidade de Assistência ao Capital de Lançamento (SCAF)
Parceria do Reino Unido para Transições Climáticas Aceleradas (UK PACT)	Financiamento Alternativo para a Produção Municipal Integrada (AFMEG)
Corporação Financeira Internacional	IFC InfraVentures

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito.

4.6.1 Parceiros/investidores

As unidades globais que oferecem financiamento para as primeiras fases obtêm financiamento de várias fontes, incluindo governos, MDBs e DFIs. Seguem-se algumas das unidades globais que operam na África Subsaariana:

- O novo Fundo Fiduciário da EEP África, lançado em 2018, é acolhido e gerido pelo Fundo Nórdico de Desenvolvimento (NDF) e recebe financiamento da Áustria, Dinamarca, Finlândia, e Islândia, do NDF e da Suíça (Fundo Fiduciário da EEP África, 2023).
- A Agência de Comércio e Desenvolvimento dos US é uma agência federal que recebe financiamento do Congresso dos US (Agência de Comércio e Desenvolvimento dos US, 2024).
- A Unidade de Assistência ao Capital de Lançamento (SCAF) é uma unidade financiada por doadores do setor público e recebeu financiamento do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), da Fundação das Nações Unidas, do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (antigo DFID, atualmente conhecido como Foreign, Commonwealth & Development Office) e do Ministério Federal do Ambiente, da Conservação da Natureza e da Segurança Nuclear da Alemanha (Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 2021).
- O projeto de Financiamento Alternativo para a Produção Municipal Integrada (AFMEG) foi implementado pelo Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) de África e apoiado pelo programa de Parcerias do Reino Unido para Transições Climáticas Aceleradas (UK PACT), que é financiado pelo Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do Governo do Reino Unido (BEIS) através do Financiamento Internacional Climático do Reino Unido. O projeto do AFMEG foi implementado em parceria com o DBSA (ICLEI Africa, 2022).
- O IFC InfraVentures é financiado pelo braço do setor privado do Banco Mundial, a Sociedade Financeira Internacional, mas o seu mandato terminou em 2023.

4.6.2 Objetivo do fundo/unidade

As Unidades Globais descritas em 4.6.1 fornecem uma série de auxílios às empresas privadas que se qualificam para os seus programas, conforme resumido na Tabela 9. Todos os fundos oferecem financiamento para estudos de pré-viabilidade e/ou viabilidade e assistência técnica ou serviços de consultoria. Apenas três das unidades apoiam o desenvolvimento de capacidades e a formação e ajudam a mobilizar o financiamento do setor privado para projetos que se qualificam no âmbito do seu programa.

Tabela 9: Resumo das atividades apoiadas pelos fundos globais de desenvolvimento da preparação dos projetos

Objetivo do Fundo	Nome do Fundo				
	EEP Africa	USTDA	SCAF	UKPACT AFMEG	IFC InfraVentures
Estudos de pré-viabilidade	✓	✓	✓	✓	✓
Estudos de viabilidade	✓	✓	✓		✓
TA e /ou consultoria	✓	✓	✓	✓	✓
Capacitação/formação	✓		✓	✓	
Mobilização do setor privado/financiamento da DFI para projetos	✓		✓		✓

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito.

4.6.3 Capitalização de Fundos

A capitalização da preparação do projeto para os fundos globais é a seguinte :

1. EEP Africa dispõe de um financiamento de €86.7 milhões.
2. A SCAF tem uma dotação financeira de \$40 milhões.
3. O fundo da IFC InfraVentures dispunha de um financiamento de \$150 milhões que não se limitava ao desenvolvimento de energias renováveis e podia ser acedido para outros desenvolvimentos de infraestrutura. No entanto, o mandato do fundo de InfraVentures expirou em 2023.
4. A USTDA é financiada através de dotações orçamentais anuais do Governo dos Estados Unidos.
5. A UKPACT é financiada através de dotações orçamentais anuais do Governo do Reino Unido.

4.6.4 Duração do fundo

A SCAF está a funcionar desde 2008 e prevê-se que funcione até 2026. A SCAF I operou por sete anos até 2015. A SCAF II foi criada em 2014 e terá uma duração de 12 anos até 2026. Em contraste, o Fundo Fiduciário da EEP é um fundo aberto que se manterá em funcionamento enquanto continuar a ser financiado. Este dispõe de financiamento até 2030 e tenciona obter financiamento adicional para continuar a funcionar para além de 2030. O apoio à pré-viabilidade da USTDA é ilimitado. O projeto do AFMEG esteve em funcionamento durante um ano, de Maio de 2021-Maio de 2022. A IFC InfraVentures iniciou as suas atividades em 2008 mas encerrou em 2023.

4.6.5 Limiares de financiamento

A Tabela 10 apresenta os limiares mínimos de financiamento para os cinco fundos globais.

Tablea 10 : Limiares de financiamento para unidades globais

Instituição	Limiar mínimo de empréstimo	Limiar máximo de empréstimo
EEP Africa	€200,000	€1 milhão
USTDA	\$250,000	\$2 milhões
SCAF	\$200,000	\$2.5 milhões
UKPACT /AFMEG	n/d	\$0.32 milhões
IFC InfraVentures	\$1 milhão	\$3 milhões

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito.

Os limiares de financiamento variam entre \$200,000 para a SCAF e o Fundo Fiduciário para África da EEP a \$3 milhões para a IFC InfraVentures.

4.6.6 Instrumentos de financiamento

Os fundos globais para as primeiras fases oferecem vários instrumentos de financiamento para a preparação dos projetos. As instituições financeiras concedem subvenções puras, subvenções reembolsáveis/recuperáveis, capital próprio ou uma combinação destas modalidades. A EEP Africa oferece subvenções e subvenções reembolsáveis para o financiamento catalítico de projetos inovadores de energia limpa, tecnologias e modelos empresariais em 17 países da África Austral e Oriental. Isto é complementado por apoio técnico, facilitação do movimento e partilha de conhecimentos (Fundo Fiduciário para África da EEP, 2023). A USTDA oferece subvenções. A SCAF concede subvenções puras e reembolsáveis. A UKPACT/AFMEG oferece subvenções puras para estudos de pré-viabilidade e reforço de capacidades. A IFC InfraVentures concedeu capital próprio em vez de subvenções a projetos, com o objetivo de conceder capital de pré-desenvolvimento/desenvolvimento, assumindo geralmente uma participação minoritária no projeto e saindo no prazo de cinco anos.

4.6.7 Termo e condições do financiamento

Os termos de financiamento dos vários instrumentos variam consoante os fundos. Em média, o tempo que decorre entre a candidatura e o desembolso é aproximadamente 18 meses, os prazos de aprovação da EEP são mais curtos, variando entre 9-12 meses.

4.6.8 Tecnologias de energias renováveis elegíveis

Tabela 11: Tecnologias apoiadas por instituições financeiras globais

Tecnologia	Instituição Financeira de Desenvolvimento				
	EEP Africa	USTDA	SCAF	AFMEG	IFC InfraVentures
Solar PV	✓	✓	✓	✓	✓
Solar CSP	✓				
Eólica	✓	✓	✓		✓
Hidro	✓		✓		✓
Biomassa	✓				
Resíduos para Energia	✓				
Sistemas de Armazenamento de Energia por Bateria (BESS)	✓	✓	✓		
Outras (incl. hidrogénio verde)	✓	✓			

Fonte: Elaboração dos autores com base nos resultados do inquérito.

Até à data, a EEP África financiou um total de 134 projetos ao longo das diferentes fases do ciclo de desenvolvimento do projeto. Calcula-se que tenham sido investidos €26.3 milhões e que tenha sido possível mobilizar mais €52.5 milhões para projetos de energia solar fotovoltaica, eólica, hidroelétrica e de eficiência energética, tal como indicado na Tabela 12.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Tabela 12: Projetos EEP Africa para a região da SADC

País	Fase do projeto				EEP Investimento €000	Investimento total (co-financiamento) €000	Tecnologia / sub-setor			
	Viabilidade	Piloto	Demo	Aumento / replicação			Solar	Eólica	Hidro	Efic. Energia
Botsuana	2	3	2		1,000	1,500	2			
Lesoto	1	3			625	855	1	1		
Moçambique	3	4	5	1	3,200	2,300	3	1		
Namíbia	4	2	7	2	1,500	2,900	3	2		1
Tanzânia	6	8	12	13	10,300	26,500	20	1		
África do Sul	13	7	11	2	5,200	10,000				
Zâmbia	6	7	2	6	3,800	7,200	5	1	1	
Zimbabué		2			710	1,200				
Total	35	36	39	24	26,335	52,455	34	6	1	1

Fonte: EEP Africa (2024).

As áreas de foco dos projetos incluem a viabilidade, projeto-piloto e demonstração, aumento e replicação. Apenas 104 das 1,572 candidaturas de projetos apresentadas em 2018, 2019, 2020 e 2023 foram aprovadas para financiamento, o que representa apenas 7% do total. Isto reflete uma procura excessivamente competitiva dos fundos limitados para a preparação de projetos. Os critérios de avaliação são orientados pela adicionalidade, inovação, impacto do desenvolvimento, modelo empresarial e sustentabilidade financeira em diversas áreas temáticas de energia. O financiamento da EEP África em concursos recentes varia entre €200,000 e €1 milhão de subvenções e subvenções reembolsáveis. É exigido um co-financiamento mínimo de 30 por cento. As diversas tecnologias e áreas temáticas que incluem a produção de energia, e-mobilidade e a utilização produtiva de energia e outras áreas temáticas de acesso à energia com impacto são áreas de foco fundamental. A unidade está aberta a entidades do setor privado legalmente registadas que devem estar a funcionar pelo menos seis meses antes de se candidatarem a fundos no âmbito deste concurso.

Os critérios de seleção para o financiamento da EEP África são rigorosos. Os promotores da SADC têm tido dificuldade em garantir financiamento, o qual é atribuído através de um processo de concurso competitivo baseado na inovação. Apesar da ampla promoção do financiamento da EEP África na região da SADC, historicamente, a maior parte do financiamento de viabilidade foi atribuída a promotores na região da África Central e Oriental.

Ao longo dos anos, tem-se tornado cada vez mais difícil justificar o financiamento de projetos em fase de pré-viabilidade devido ao elevado risco, à incerteza e à falta de garantia de um impacto imediato no desenvolvimento do projeto.

4.7 Outros fundos globais

Outros fundos globais que também estão a apoiar o trabalho de preparação de projetos na região incluem o Programa de Energias Renováveis e Eficiência Energética (REEEP), que apoia atividades que garantem o acesso a energia moderna, fiável, sustentável e a preços acessíveis para todos e a tomada de medidas para combater as alterações climáticas e melhorar a resiliência. O REEEP foca-se no avanço de soluções de energia limpa para energia fora da rede e distribuída em pequena escala, bem como na promoção da utilização produtiva de energia limpa nas cadeias de valor agro-alimentares. O seu mandato é global, com especial foco nos países de rendimento baixo e médio-baixo da África Subsaariana, do Sul da Ásia e do Sudeste Asiático. O REEEP é co-anfitrião e parceiro de implementação de dois grandes programas: O Fundo “Beyond the Grid” para África (BGFA), que incentiva empresas de serviços de energia fora da rede para acelerar o acesso a energia limpa a preços acessíveis, e o Network Consultivo para Financiamento (PFAN), que fornece apoio à preparação de projetos e facilitação de investimentos para empresas de energia limpa e adaptação climática.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Erongo, Namibia. Photo by Colin N. Perkel via Shutterstock



CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

O Capítulo 4 mostrou que as atuais unidades de preparação de projetos da SADC não são adequados para aumentar o portfólio de projetos necessários para cumprir as metas de energias renováveis para 2030 e 2040 na região da SADC, uma vez que apenas o DBSA PPF, PPDF da SADC e o Fundo de Preparação de Projetos da PAU do SAPP fornecem unidades de preparação de projetos transfronteiriços. Além disso, as unidades existentes não são necessariamente dedicadas ao desenvolvimento de energias renováveis, mas a todos os setores de infraestrutura, enquanto a PAU do SAPP apoia projetos de produção e transmissão de energia. Mesmo nos casos em que existem fundos verdes, como no caso do Fundo de Transição para a Energia Verde para a Agricultura Sustentável do Banco Nacional de Desenvolvimento do Botsuana, os projetos de produção de energia têm de competir com projetos de outros sub-setores energéticos, como a agricultura verde. As unidades existentes também não estão estruturadas de forma a apoiar adequadamente os desafios dos promotores de projetos, uma vez que, frequentemente, são necessários até 18 meses para obter a aprovação.

Este capítulo destaca as principais barreiras encontradas pelos promotores de projetos ao tentarem aceder às unidades de pré-viabilidade identificadas no Capítulo 4. Algumas destas barreiras foram reconhecidas pelas DFIs e instituições financeiras entrevistadas. Foi também divulgado um questionário aos promotores ativos na região para confirmar os desafios que enfrentam. Estes inquéritos foram complementados por entrevistas individuais com os promotores.

As principais barreiras ao acesso aos fundos de pré-viabilidade identificadas no inquérito e nas entrevistas dos promotores incluem as seguintes:

- Prazos longos para a aprovação de projetos;
- Requisitos rigorosos para aceder ao financiamento;
- Registo de desenvolvimento de projetos e um balancete sólido;
- A necessidade de provar o conceito;
- Venda de capital no fecho financeiro.

5.1 Prazos longos para a aprovação de projetos

Os promotores estão frustrados com os longos prazos de aprovação dos projetos pelos Comités de Investimento dos Projetos, independentemente da dimensão da necessidade de financiamento. O tempo e o esforço despendidos na realização de uma diligência prévia pormenorizada para o capital de desenvolvimento na fase inicial, que constitui uma pequena proporção dos custos totais do projeto, não é frequentemente proporcional ao montante do financiamento necessário.

As instituições financeiras entrevistadas indicaram que os longos prazos de execução são frequentemente função do estado de preparação do projeto, da complexidade do projeto, da experiência do promotor no desenvolvimento de projetos e, nos casos em que o promotor não tem essa experiência, da necessidade de nomear uma equipa de consultoria em matéria de transacções antes do financiador poder aceitar o projeto no seu portfólio. As instituições financeiras também indicaram que, frequentemente, são necessários seis a dezoito meses para concluir as unidades de pré-viabilidade.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

5.2 Requisito rigorosos para aceder ao financiamento

Todos os promotores entrevistados indicaram que o acesso ao financiamento constitui um grande desafio. Os requisitos rigorosos de financiamento são classificados em quatro categorias principais: o requisito de co-financiamento, a demonstração de antecedentes e/ou de solidez do balancete, a necessidade de provar o conceito e a venda de capital como pagamento do capital de desenvolvimento.

Os projetos têm de ter, pelo menos, garantidos os direitos de acesso aos terrenos antes dos promotores poderem aceder ao financiamento de pré-viabilidade das instituições financeiras. As DFIs e outras instituições financeiras solicitam frequentemente aos promotores que co-financiem o trabalho de desenvolvimento. Por conseguinte, espera-se que os promotores gastem mais dinheiro numa altura em que teriam esgotado as suas poupanças de vida e o seu capital social para levar o projeto até às fases iniciais antes de acederem ao financiamento. Embora o financiamento da fase inicial represente uma pequena proporção do custo total do projeto, devido à natureza de capital intensivo dos projetos, é um montante significativo, especialmente para os promotores locais e os novos operadores no mercado das energias renováveis. Esta situação resulta muitas vezes numa fraca utilização do financiamento para o desenvolvimento de projetos por parte dos promotores e bloqueia o processo de desenvolvimento de projetos.

5.3 Registo de desenvolvimento de projetos e um balancete sólido

O requisito de financiamento para que o promotor do projeto tenha implementado com êxito projetos de infraestrutura de grande escala semelhantes em mercados emergentes e a necessidade de demonstrar capacidade e empenho para levar o projeto até à sua implementação representam uma elevada barreira à entrada para a maioria dos promotores locais. Este requisito tende a excluir os promotores locais, uma vez que, muitas vezes, não têm nem o historial nem a solidez do balancete exigidos pelos potenciais financiadores. Por outro lado, um historial e um balancete sólidos encurtam o processo de aprovação e são frequentemente utilizados como referência do nível de compromisso do promotor para com o processo.

Com exceção da África do Sul, o mercado das energias renováveis encontra-se numa fase relativamente nascente na região da SADC. Inicialmente, a África do Sul teve de recorrer a especialistas internacionais para desenvolver capacidades nos primeiros anos do seu programa de energias renováveis. Devido ao pequeno número de projetos de energias renováveis que chegam ao mercado na maioria dos Estados-Membros da SADC, os promotores locais não têm fortes credenciais no trabalho de desenvolvimento de projetos e muitas vezes têm de confiar em promotores da África do Sul e/ou do estrangeiro.

5.4 Prova de conceito

Os financiadores são geralmente avessos ao risco, especialmente no que diz respeito a soluções novas e por vezes inovadoras, e preferem financiar quando a nova tecnologia tiver sido objeto de uma redução do risco. Esta situação exige frequentemente uma maior mobilização de capital inicial limitado por parte do promotor do projeto antes de poder aceder ao financiamento para o desenvolvimento do projeto na fase inicial. Poucos fundos de desenvolvimento de projetos apoiam tecnologias nascentes, mesmo que sejam inovadoras. Trata-se de uma área em que as DFIs podem desempenhar um papel de criador de mercado, como foi o caso da redução do risco da tecnologia de Energia Solar Concentrada (CSP).

5.5 Venda de capital

Os promotores de projetos locais são frequentemente forçados a vender uma parte significativa da sua participação num projeto em troca de financiamento e assistência ao desenvolvimento e, por vezes, a um produtor de energia independente internacional. Este valor pode chegar a 40% do projeto. Os promotores de projetos locais consideram frequentemente que isto vai contra o espírito de empoderamento e é visto como um desafio pela maioria dos promotores locais. Em muitos casos, os promotores estão tão entusiasmados com o projeto que se recusam a ceder o capital que, de outra forma, desbloquearia o projeto para um maior desenvolvimento, paralisando assim o projeto.

5.6 Acesso à informação

Existe uma falta generalizada de informação sobre as unidade de financiamento da pré-viabilidade e, nos casos em que essa informação pode estar disponível, não é facilmente acessível aos promotores. A falta de clareza nos processos de aprovação também tem sido uma fonte de frustração. Por exemplo, a maioria dos promotores sente-se frustrada quando as instituições financeiras não conseguem financiar as suas novas tecnologias ou estudos-piloto. O Fundo Fiduciário da EEP África é agnóstico em termos de tecnologia. Apoia a inovação e os estudos-piloto, e essas informações seriam úteis para os promotores.

Os resultados do inquérito aos promotores confirmam que, ao tentarem aceder a financiamento para estudos de pré-viabilidade, os promotores enfrentam grandes atrasos no processo de aprovação e, muitas vezes, têm de provar que têm um historial, um grande balancete e capacidade para realizar o projeto e, em alguns casos, vender o seu capital para aceder ao financiamento.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

O Capítulo 4 fornece uma visão geral das unidades existentes na SADC e na preparação de projetos globais que actualmente apoiam o desenvolvimento de projetos de energias renováveis nos Estados-Membros da SADC. Estas unidades são inadequadas e não estão estruturadas para responder de forma eficaz e eficiente aos desafios enfrentados pelos promotores de projetos no terreno.

Apenas sete DFIs da SADC dispõem de unidades de preparação de projetos. Apenas três unidades de preparação de projetos, i.e., a Unidade de Preparação de Projetos do DBSA, a PPDF da SADC e o Fundo de Preparação de Projetos da PAU do SAPP têm mandatos transfronteiriços. Prevê-se que a PAU do SAPP apoie projetos de produção de energia, tanto em fase inicial (greenfield) como em fase avançada (brownfield) e projetos de transmissão transfronteiriços no âmbito da RTIFF. Os acordos de financiamento da PPDF da SADC com o KfW expiram em 2025, a menos que sejam renovados ou recapitalizados. A maioria dos Estados-Membros tem restrições orçamentais, uma vez que ainda estão a recuperar da pandemia do COVID-19. Os resultados do inquérito mostram que o apoio à preparação de projetos a partir da dotação orçamental do governo é minúsculo.

Estas unidades de preparação de projetos não se destinam apenas ao setor das energias renováveis, o que limita ainda mais o financiamento disponível para aumentar a capacidade de produção de energias renováveis e o acesso à energia, devido à concorrência por financiamento de outros setores de infraestrutura. No caso do PPF do DBSA, o mandato abrange a África subsariana, o que significa que a região da SADC tem de competir com o resto do continente pelo financiamento. Até que o Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC (com uma componente de preparação de projetos de pré-viabilidade e viabilidade) esteja operacional, a região da SADC terá de contar com o Fundo de Preparação de Projetos PAU do SAPP dedicado ao setor da energia e com as unidades globais para cumprir tanto o desafio de 2030 como a meta de 2040 para o acesso universal à energia e 53% de energias renováveis no cabaz energético, a menos que as unidades de pré-viabilidade existentes sejam significativamente aumentadas.

O Capítulo 6 apresenta uma estimativa do financiamento de pré-viabilidade necessário para alcançar o acesso universal à energia e 53% de energias renováveis no cabaz energético até 2040, através da instalação de 52,8 GW adicionais de capacidade de produção. Explora também o défice de financiamento para a preparação de projetos em fase inicial, com base nas unidades de pré-viabilidade existentes na região.

6.1 Estimativa do financiamento necessário para a pré-viabilidade

A energia hidroelétrica constitui actualmente uma percentagem significativa do cabaz energético. No entanto, as alterações climáticas afetaram gravemente a capacidade da Zâmbia e do Zimbabué para produzir energia hidroelétrica a partir da Barragem do Kariba, no Rio Zambeze, devido a secas prolongadas na Bacia do Zambeze. Assim, a energia solar e a energia eólica são as fontes de energia renováveis mais competitivas em termos de custos e mais sustentáveis para a região. As tecnologias solar e eólica têm uma pegada ambiental menor do que as grandes centrais hidroelétricas.

O financiamento mínimo de pré-viabilidade necessário para 52,8 GW adicionais de nova capacidade de produção varia entre \$ 52,8 milhões para a produção de energia solar e \$105,6 milhões para a produção de energia eólica, excluindo os custos de armazenamento e de

infraestrutura de transmissão central. No entanto, a região irá muito provavelmente acrescentar uma combinação de capacidade de produção solar e eólica. A Tabela 13 mostra a estimativa das necessidades de financiamento de pré-viabilidade para ambas as tecnologias.

Tabela 13: Requisitos de financiamento de pré-viabilidade

Descrição	Solar [*]	Eólica ^{**}
Custo por MW (Milhões de USD)	1	2
GW necessário até 2040	52.8	52.8
Custo Total do Investimento (Milhões de USD)	52 800	105 600
Custo de Desenvolvimento em % do Custo Total	0.50%	0.50%
Custo de Desenvolvimento do investimento (Milhões de USD)	264	528
Custos de Pré-viabilidade em % do Custo de Desenvolvimento	20%	20%
Custos de Pré-viabilidade (Milhões de USD)	52.8	105.6

Hipóteses

^{*} Assumir que a nova capacidade de produção de 52,8 GW será 100 por cento solar.

^{**} Assumir que a nova capacidade de produção de 52,8 GW será 100 por cento eólica.

Excluir as despesas correntes do promotor.

Fonte: Elaboração dos autores.

O cenário mais provável, no entanto, é uma mistura de produção de energia solar e eólica. O financiamento de pré-viabilidade necessário variará, portanto, entre \$52,8 milhões e \$105,6 milhões, i.e., aproximadamente \$80 milhões, assumindo uma divisão igual entre a nova capacidade de produção solar e eólica e o menor impacto ambiental.

6.2 Estimativa da lacuna de financiamento da pré-viabilidade

Para além do Fundo de Transição para a Energia Verde do Banco Nacional de Desenvolvimento do Botswana para a Agricultura Sustentável, não existem fundos de pré-viabilidade dedicados a projetos de energias renováveis disponibilizados pelas DFIs da SADC. O Fundo de Transição para a Energia Verde para uma Agricultura Sustentável também dá prioridade à agricultura, o que significa que as energias renováveis têm de competir pelo financiamento. As energias renováveis também têm de competir pelo financiamento de pré-viabilidade com outros sub-setores de energia e setores de infraestrutura no caso dos outros fundos de pré-viabilidade regionais. Para o PPF do DBSA, as energias renováveis na região da SADC têm de competir com outras regiões da África Subsaariana, uma vez que o fundo tem um mandato para além da região da SADC. Além disso, o DBSA só está disponível para atividades de desenvolvimento de projetos de última milha e não para atividades de pré-viabilidade. O Fundo de Preparação de Projetos da PAU do SAPP, financiado pelo Banco Mundial, apoia a produção e a transmissão de energia e não se destina às energias renováveis. A RDF da SADC ainda não está operacional, mas, mesmo assim, a RDF estará disponível para todos os setores de infraestrutura. A sua estrutura ainda não está finalizada, i.e., se incluirá uma componente de financiamento de pré-viabilidade e de viabilidade. Os Estados-Membros serão obrigados a capitalizar o fundo para manter o controlo e evitar a dependência de apoio externo para o desenvolvimento da região (SADC-DFRC, 2023). No entanto, a maioria dos Estados-Membros da SADC estão incapacitados, uma vez que ainda não recuperaram totalmente da pandemia do COVID-19.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Para as unidades globais, a EEP África está vocacionada para projetos inovadores de energias renováveis que sejam catalisadores por natureza. O fundo não está disponível para projetos de energias renováveis que apenas pretendam produzir energia para um fornecedor, como uma empresa de serviços públicos ou uma mina. A SCAF está também limitada aos gestores de fundos que têm uma reserva de projetos e, por conseguinte, não aos promotores individuais. A unidade de subvenção da USTDA está disponível, mas é limitada aos prestadores de serviços dos Estados Unidos e, por conseguinte, não oferece uma oportunidade de transferência de competências e de reforço das capacidades locais. O AFMEG da UKPACT só está disponível para projetos municipais e só estava disponível para a África do Sul por um período de um ano. O Fundo de Infracapital da IFC foi descontinuado em 2023.

Apesar da existência de unidades de pré-viabilidade disponíveis para o desenvolvimento de projetos de energias renováveis na região da SADC, não existem unidades dedicadas à produção de energias renováveis. Para atingir a capacidade de produção pretendida de 52,8 GW até 2040, é necessário um financiamento de pré-viabilidade dedicado às energias renováveis na ordem dos \$52,8 a \$80 milhões.

6.3 Qual é a aparência de uma unidade de pré-viabilidade de melhores práticas?

Tendo em conta os desafios identificados nos Capítulos 3 a 5, um quadro de melhores práticas para o fundo de pré-viabilidade deve ter as seguintes características principais:

- Processos de aprovação curtos e simplificados que podem ser facilmente replicados.
- Um processo de candidatura online seria útil neste contexto, tendo em conta o volume de pedidos de financiamento, tal como indicado no Capítulo 2. A emergência da Inteligência Artificial (IA) também contribuirá muito para colmatar esta lacuna;
- Dispensa do requisito de co-financiamento e, eventualmente, considerar a possibilidade de assumir uma participação minoritária no projeto, que é vendida ao promotor ou recuperável no fecho financeiro do projeto. A estrutura poderá também considerar as despesas do promotor como contribuição própria;
- Utilização do financiamento de subvenções com uma pequena parte de financiamento em condições favoráveis para colmatar as deficiências do mercado nesta fase inicial do ciclo de vida do desenvolvimento do projeto, incentivando simultaneamente os promotores a manterem-se empenhados no processo;
- Inclusão de uma plataforma de energias renováveis na região da SADC, onde os financiadores e financiados registam os seus produtos de financiamento e o seu portfólio de projetos, respetivamente. Esta poderia ser acolhida por uma das DFI da SADC, pelo Secretariado da SADC, por uma instituição financeira existente ou recentemente criada ou por uma DFI ou instituição financeira internacional;
- Fornecimento de uma componente de assistência técnica/desenvolvimento de capacidades para colmatar a falta de competências na Região e aumentar o processo de desenvolvimento de projetos. O apoio deve abordar as competências específicas necessárias para cada fase do ciclo de vida do desenvolvimento do projeto, a fim de garantir que o trabalho dos promotores está em conformidade com as expectativas dos potenciais financiadores. .

A abordagem das lacunas de financiamento e de competências contribuirá em grande medida para colmatar a lacuna de portfólios, cumprir o desafio climático de 2030 e atingir o objetivo de acesso universal à energia e 53% de energias renováveis no cabaz energético na região da SADC até 2040..

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

O objetivo do Secretariado da SADC é alcançar o acesso universal à energia e aumentar a contribuição das energias renováveis no cabaz energético regional de 29% para 53% até 2040. A região da SADC precisa de implementar 2,8 GW de capacidade instalada de energia renovável por ano para atingir o objetivo de 53% até 2040, um total de 52,8 GW com aproximadamente \$52,8 mil milhões a \$105,6 mil milhões em financiamento de investimento. Para tal, será necessário um financiamento de preparação do projeto de pré-viabilidade de, pelo menos, \$52,8 milhões. Devido ao impacto das alterações climáticas, a energia solar e a energia eólica são as fontes de energia renováveis mais competitivas em termos de custos e mais sustentáveis para a região.

Uma análise das sete DFIs da SADC com um mandato de infraestrutura mostra que, embora forneçam unidades de preparação de projetos, estas são inadequadas e não estão estruturadas de uma forma que melhor responda aos desafios que os promotores enfrentam durante a fase de pré-viabilidade do desenvolvimento do projeto. Estas unidades de preparação de projetos preferem financiar atividades bancáveis devido ao risco inerente à fase de pré-viabilidade. Estas unidades não são dedicadas às energias renováveis e os promotores de energias renováveis têm de competir com outros setores pelo financiamento. Existem apenas três unidades de preparação de projetos da SADC com um mandato regional, a PPDF da SADC, o Fundo de Preparação de Projetos da PAU do SAPP e o PPF do DBSA. O financiamento da parceria da PPDF da SADC expira em 2025, a menos que seja renovado ou recapitalizado. O Fundo de Preparação de Projetos da PAU do SAPP apoia projetos de escala de serviços públicos em fase inicial (greenfields) e projetos avançados (brownfields) para atrair financiamento. O PPF do DBSA destina-se a atividades de última milha. Tem um mandato Subsariano e a região da SADC tem de competir com outras regiões pelo financiamento.

Embora existam fundos globais que oferecem unidades de pré-viabilidade dedicadas às energias renováveis na fase de pré-viabilidade do desenvolvimento de projetos, estes estão concentrados em gestores de fundos com um grande portfólio de projetos ou em projetos catalíticos que têm um maior impacto no desenvolvimento do que os projetos básicos de produção de energia. No caso da unidade da USTDA, o financiamento promove a utilização de instituições Norte-Americanas para a prestação de serviços e, por conseguinte, não reforça necessariamente as capacidades locais.

Este relatório mostra que as unidades existentes de preparação de projetos são inadequadas e não estão estruturados de forma a desbloquear eficaz e eficientemente os projetos na fase de pré-viabilidade do desenvolvimento do projeto, o que garantirá que a região cumpra o desafio climático de 2030 e o objetivo de 2040 de uma capacidade adicional de 52,8 GW de nova produção e acesso universal à energia.

Recomendações de políticas:

- **As unidades existentes precisam de ser reestruturadas para maximizar o apoio e reduzir as barreiras de acesso.** Embora a PPDF da SADC tenha sido criada como uma unidade de pré-viabilidade e viabilidade, os promotores locais têm tido dificuldade em aceder ao financiamento, uma vez que está estruturada como uma unidade de preparação de projetos e espera-se que os promotores tenham concluído o trabalho de pré-viabilidade antes de se candidatarem ao financiamento. A unidade de preparação de projetos da Corporação de Desenvolvimento Industrial da África do Sul (IDC-SA) apoia alguns aspetos do trabalho de pré-viabilidade. O Fundo de Preparação de Projetos do Banco de Desenvolvimento da Namíbia (DBN) também apoia alguns aspetos do trabalho de pré-viabilidade. Os promotores têm de competir com outras regiões pelas unidades globais.

RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2: CICLO DE VIDA TÍPICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DOS PROMOTORES NA REGIÃO DA SADC

CAPÍTULO 4: UMA VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE DISPONÍVEL

CAPÍTULO 5: BARREIRAS AO ACESSO A FUNDOS DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 6: REQUISITOS DE FINANCIAMENTO DE PRÉ-VIABILIDADE

CAPÍTULO 7: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

- **Os Estados-Membros da SADC precisam de aumentar os fundos existentes, incluindo a Unidade de Desenvolvimento de Preparação de Projetos da SADC e as parcerias internacionais, e reservar uma parte do financiamento para estudos de pré-viabilidade das energias renováveis, uma vez que as unidades existentes são inadequadas para apoiar o crescimento previsto da capacidade de produção de energias renováveis na região.** Não existe uma unidade regional específica para a preparação de projetos no domínio das energias renováveis. Os projetos de energias renováveis têm de competir com outros setores de infraestrutura e, no caso do PPF do DBSA, com outras regiões..
- **Os Estados-Membros da SADC devem considerar a possibilidade de explorar novas unidades de pré-viabilidade para criar um portfólio de projetos em todos os Estados-Membros para a Unidade de Desenvolvimento Regional (RDF), no que se refere à recém-lançada Unidade de Financiamento de Infraestrutura de Transmissão Regional (RTIFF), potencialmente com parcerias de financiamento internacionais.** Existem apenas três unidades de preparação de projetos com um mandato transfronteiriço. Os Estados-Membros da SADC devem considerar a possibilidade de estabelecer parcerias internacionais de financiamento, a fim de aumentar as unidades de pré-viabilidade disponíveis.
- **São necessárias mais unidades de assistência técnica regional para apoiar as DFIs da SADC e os novos operadores no mercado (em especial os pequenos e médios promotores de projetos).** São necessárias unidades de assistência técnica para abordar especificamente a lacuna de competências em projetos de energias renováveis. Isto ajudará a acelerar o processo de desenvolvimento e os processos de aprovação de projetos de energias renováveis.

Unidades de pré-viabilidade adequadas, económicas e facilmente acessíveis e melhores competências técnicas contribuirão muito para atingir o objetivo da região da SADC para 2040 de acesso universal à energia e 53% de energias renováveis no cabaz energético.



Mauritius. Photo by Kestrelloculus via Shutterstock

REFERÊNCIAS

1. Chowdhury, A.F.M. Kamal, Ranjit Deshmukh, Grace C. Wu, Anagha Uppal, Ana Mileva, Tiana Curry, Les Armstrong, Stefano Galelli, and Kudakwashe Ndhlukula. "Enabling a Low-Carbon Electricity System for Southern Africa." *Joule*, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.joule.2022.06.030>. (Accessed May 31, 2024).
2. Deloitte. 2023. Africa's Energy Outlook: Renewables as the Pathway to Energy Prosperity, October 2023. Deloitte. https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/fr/Documents/energie-et-ressources/Africa_Energy_Outlook_2023_Final_Digital.pdf. (Accessed May 31, 2024)
3. EEP Africa. Energy and Environment Partnership Trust Fund (EEP Africa). <https://eepafrica.org>. (Accessed May 31, 2024).
4. Gallagher, K.P. China pledges to make the BRI not only bigger, but better - Experts React: The Belt and Road Ahead. Boston University Global Development Policy Center. <https://www.bu.edu/gdp/2023/10/27/experts-react-the-belt-and-road-ahead/>. (Accessed May 31, 2024).
5. Grant, N. et al. (2023) Tripling renewables by 2030: Interpreting the global goal at the..., *Climate Analytics*. Available at: <https://climateanalytics.org/publications/tripling-renewables-by-2030-interpreting-the-global-goal-at-the-regional-level> (Accessed: 18 April 2024).
6. Lee, N., Samuel, M. 2024. Are MDBs Actually Implementing Reforms? OpenAI. <https://www.openai.com/mdb-reforms> (Accessed May 31, 2024).
7. Masamba, Magalie, Eugenia Masvikeni, Kudakwashe Ndhlukula, Xinyue Ma, Cecilia Springer, Daniel Bradlow, and Kevin Gallagher. "Renewable Energy Transitions in a Period of Debt Distress in Southern Africa: The Role of Development Finance Institutions." Boston University, <https://www.bu.edu/gdp/2022/06/23/renewable-energy-transitions-in-a-period-of-debt-distress-in-southern-africa-the-role-of-development-finance-institutions/>. (Accessed May 31, 2024).
8. Muñoz Cabré, M., Ndhlukula, K., Musasike, T., Bradlow, D., Pillay, K., Gallagher, K. P., Chen, Y., Loots, J., & Ma, X. (2020). "Expanding Renewable Energy for Access and Development: the Role of Development Finance Institutions in Southern Africa." Boston University, Global Development Policy Center. <https://www.bu.edu/gdp/2020/11/16/expanding-renewable-energy-for-access-and-development-the-role-of-development-finance-institutions-in-southern-africa-2/>. (Accessed: 18 April 2024).
9. Seed Capital Assistance Facility. Seed Capital Assistance Facility, 2024. <https://scaf-energy.org/support>. (Accessed May 31, 2024).
10. Southern African Power Pool. Project Development Road Map. <https://www.sapp.co.zw/project-development-road-map>. (Accessed May 31, 2024).

11. Toreti, A., D. Bavera, J. Acosta Navarro, L. Acquafresca, C. Asega, P. Barbosa, F. Collivignarelli, W. S. Combere, A. de Jager, G. Fioravanti, S. Grimaldi, A. Hrast Essenfelder, H. Kabengela, P. H. Kamsu Tamo, K. A. Lawal, D. Magni, M. Mazzeschi, N. McCormick, M. Meroni, R. S. Nkurunziza, G. Nshimirimana, F. Rembold, and P. Salamon. Drought in Southern Africa April 2024. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2024. <https://doi.org/10.2760/960341,JRC137785>. (Accessed May 31, 2024).
12. Wu, Grace C., Ranjit Deshmukh, Kudakwashe Ndhlukula, Tanja Radojicic, Jack Reilly-Moman, Amol Phadke, Daniel M. Kammen, and Duncan S. Callaway. "Strategic Siting and Regional Grid Interconnections Key to Low-Carbon Futures in African Countries." *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 114, no. 16 (2017): E3004–E3012. (Accessed May 31, 2024).
13. SACREEE. The SADC Renewable Energy Entrepreneurship Support Facility (ESF). <https://www.sacreee.org>. (Accessed 31 May 2024).
14. SADC. The SADC Renewable Energy Entrepreneurship Support Facility. <https://www.sadc.int/>. (Accessed May 31, 2024).
15. SADC, SARDC. SADC Development Fund Key to Unlocking Integration, Industrialization. <https://www.sardc.net/en/southern-african-news-features/sadc-development-fund-key-to-unlocking-integration-industrialization/>. (Accessed: 18 April 2024).
16. SADC, SARDC. SADC Energy Monitor 2018: Enabling Industrialization and Regional Integration in SADC. Gaborone and Harare. (Accessed: 18 April 2024).
17. Southern African Power Pool. Project Development Road Map. <https://www.sapp.co.zw/project-development-road-map>. (Accessed May 31, 2024).

APÊNDICE 1: ESTADOS-MEMBROS DA SADC

1. Angola
2. Botsuana
3. Comores
4. República Democrática do Congo
5. Eswatini
6. Lesoto
7. Madagáscar
8. Malawi
9. Maurícias
10. Moçambique
11. Namíbia
12. Seicheles
13. África do Sul
14. República Unida da Tanzânia
15. Zâmbia
16. Zimbabué

APÊNDICE 2: UMA VISÃO GERAL DOS FUNDOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PRÉ-VIABILIDADE GLOBAIS.

Fundo Fiduciário da Parceria para a Energia e o Ambiente (EEP África)

A EEP África é uma unidade de financiamento de energias limpas, em fase inicial, com um montante de financiamento de €86,7 milhões. Proporciona uma pré-viabilidade tolerante ao risco para empresas em fase de arranque (principalmente) e outras empresas sociais que desenvolvam projectos inovadores de energia limpa na África Austral e Oriental. O financiamento das subvenções varia entre €200,000 - €1 milhão. A chave para garantir o financiamento da EEP África é a inovação do projecto, que não se limita à inovação tecnológica, mas inclui novos modelos de negócio e de prestação de serviços.

A EEP África concede subvenções e subvenções reembolsáveis para o desenvolvimento de projectos em fase inicial. A unidade oferece financiamento para estudos de viabilidade e assistência técnica. É também fundamental na mobilização de financiamento do sector privado para projectos. Para se qualificarem para uma subvenção da EEP África, os candidatos têm de demonstrar que os seus projectos são inovadores, estão em desenvolvimento activo, são de carácter local e têm adicionalidade.

Inovativo

Os candidatos devem demonstrar o carácter inovador do seu projecto no contexto geográfico e no mercado em que será desenvolvido. Os promotores podem demonstrar inovação através do tipo de tecnologia, modelo de negócio, serviço ou abordagem de distribuição. Pode também ser demonstrada através da expansão de uma tecnologia comprovada num mercado emergente/nascente.

Desenvolvimento activo

Os candidatos devem comprovar que participaram activamente no projecto antes do lançamento da janela de financiamento. Os elementos como o registo da empresa com mais de seis meses, o investimento de capital inicial, o produto mínimo viável, etc., devem ser demonstrados no pedido de financiamento.

De carácter local

Os projectos que se candidatam a financiamento no âmbito da EEP África devem garantir o desenvolvimento local sustentável a longo prazo e a presença local.

Adicionalidade

O candidato deve demonstrar que, sem os fundos da EEP África, o projecto não avançaria, uma vez que dificilmente obteria financiamento de entidades financeiras comerciais.

O desafio de aceder a este fundo:

A elegibilidade dos projectos é limitada devido ao requisito de inovação. Os projectos em que tecnologias de energia limpa “maduras” são implementadas em mercados “avançados” não são elegíveis para este tipo de financiamento. Isto coloca o desafio de criar um portfólio de projectos financiáveis em tecnologias comprovadas implantadas em mercados avançados na região.

A Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA)

A USTDA concede subvenções de primeira fase a promotores internacionais que utilizam bens e serviços dos Estados Unidos para executar os seus projectos. Um objectivo vital da USTDA é ligar os promotores africanos e as empresas americanas para abordar os desafios do desenvolvimento.

As subvenções podem ser utilizadas para actividades de preparação de projectos, incluindo a realização de estudos de pré-viabilidade, a concepção de projectos, estudos de impacto ambiental e social e a implementação de projectos-piloto. Cerca de \$1mil milhão foram gastos pela USTDA na prestação de assistência à preparação de vários projectos de infra-estruturas, incluindo projectos de energia limpa.

As actividades apoiadas incluem subvenções para determinar o ambiente propício existente até à concepção do projecto, a pré-viabilidade e a viabilidade bancária do projecto. De um modo geral, a USTDA concede financiamento a projectos à escala dos serviços públicos com mais de \$10 milhões em despesas de capital. O montante das subvenções varia entre \$250 000 e \$2 milhões; no entanto, a USTDA não definiu formalmente um limite máximo para o montante das subvenções por projecto.

O desafio no acesso a este fundo:

Apesar da robustez do fundo no que diz respeito ao tipo de actividades que podem ser financiadas e à sua dimensão, o financiamento da USTDA só está disponível para promotores que utilizem bens e serviços dos US. Consequentemente, os projectos elegíveis para este financiamento podem ser limitados.

Financiamento alternativo da Parceria para Transições Climáticas Aceleradas do Reino Unido (UK PACT) para o programa municipal de produção integrada

A UK PACT, actuando através do Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI), implementou um financiamento alternativo para o fundo municipal de produção integrada (AFMEG) na África do Sul. O AFMEG apoia os municípios da África do Sul na preparação de estudos de pré-viabilidade para projectos de energias renováveis de produção integrada. O fundo foi implementado para ajudar os municípios a preparar estudos de pré-viabilidade que podem ser utilizados para se candidatarem a financiamento ao abrigo do Programa de Investimento em Produção Integrada do DBSA. .

O desafio no acesso a este fundo:

Este programa apoia apenas os municípios. Por conseguinte, os promotores do sector privado não são elegíveis para este financiamento na fase inicial, o que limita a disponibilidade do fundo.

Programa das Nações Unidas para a Unidade de Assistência ao Capital de Lançamento (SCAF)

A SCAF é um fundo fiduciário de vários doadores que financia a fase de desenvolvimento de projectos de energias renováveis e de eficiência energética em África e na Ásia. Implementada pelo Centro de Colaboração do Programa das Nações Unidas para o Ambiente da Escola de Frankfurt, a unidade de \$40 milhões apoia o desenvolvimento de um portfólio de projectos financiáveis em países de baixo rendimento com imensos recursos e potencial de energias renováveis. Para o efeito, a SCAF partilha os custos associados ao desenvolvimento do projecto e ao financiamento inicial com vários fundos de capitais privados e promotores, a fim de conseguir o fecho financeiro destes projectos. A SCAF concede subvenções puras e reembolsáveis para ajudar os projectos a ultrapassar a fase inicial de risco do desenvolvimento do projecto, devendo estes fundos ser reembolsados quando o projecto atinge o fecho financeiro. No âmbito da SCAF, foram financiados quase 200 projectos de energias renováveis. Embora a SCAF seja um fundo fundamental para a criação de reservas de projectos financiáveis, recusou-se a participar neste estudo.

O desafio no acesso a este fundo:

Os promotores devem ter um portfólio de projectos. O fundo prefere investir em gestores de fundos com um portfólio de projectos em desenvolvimento e não em promotores individuais.

IFC InfraVentures

O fundo IFC InfraVentures é um fundo global de desenvolvimento de projectos de infra-estruturas no valor de \$150 milhões. Foi implementado como parte dos esforços do Banco Mundial para aumentar o portfólio de projectos financiáveis, incluindo projectos de energias renováveis, nos países em desenvolvimento, fornecendo capital de risco na fase inicial e apoio experiente aos promotores de projectos. A IFC InfraVentures distingue-se de outros fundos porque concede capital próprio em vez de subvenções a projectos. O seu objectivo é conceder participações no pré-desenvolvimento /desenvolvimento, assumindo geralmente uma participação minoritária no projecto e saindo no prazo de cinco anos. Em média, o financiamento dos projectos situa-se entre €1 milhão e €3 milhões. No que se refere ao seu âmbito geográfico, o fundo financia projectos na África Subsariana, no Pacífico e nas Caraíbas. Os projectos de outras regiões também podem ser elegíveis para este financiamento. Pour pouvoir bénéficier d'un financement au titre de ce mécanisme, le projet doit :

Para ser elegível para financiamento ao abrigo desta unidade, o projecto deve:

- Ser um projecto público-privado ou apenas um projecto do sector privado;
- Estar na fase inicial de desenvolvimento do projecto;
- Ser capaz de atingir o fecho financeiro dentro de alguns anos;
- Cumprir as directrizes de adicionalidade da IFC (ex., participação no sector privado, partilha de riscos, etc.) ;
- Ter um impacto elevado no desenvolvimento.

O desafio no acesso ao fundo:

Fundo encerrado em Dezembro de 2023.

Outros fundos globais

Outros fundos globais que também estão a apoiar o trabalho de preparação de projectos na região incluem o Programa de Energias Renováveis e Eficiência Energética (REEEP), que apoia actividades que garantem o acesso a energia moderna, fiável, sustentável e a preços acessíveis para todos e a tomada de medidas para combater as alterações climáticas e melhorar a resiliência. O REEEP foca-se no desenvolvimento de soluções de energia limpa para energia fora da rede e distribuída em pequena escala, bem como na promoção da utilização produtiva de energia limpa nas cadeias de valor agro-alimentares. O seu mandato é global, com um foco actual nos países de rendimento baixo e médio-baixo na África Subsariana, no Sul da Ásia e no Sudeste Asiático. O REEEP é co-organizadora e parceira de implementação de dois grandes programas:

O Fundo “Beyond the Grid “ para África (BGFA)

O BGFA incentiva as empresas de serviços de energia fora da rede a acelerar o acesso a energia limpa a preços acessíveis. Um pilar central do Fundo Beyond the Grid para África é o financiamento baseado em resultados oferecido para incentivar as empresas de energia fora da rede a expandir, crescer e aumentar o acesso à energia para os clientes que vivem em áreas rurais e periurbanas da África Subsariana. Na região da SADC, foram lançadas campanhas de financiamento na Zâmbia, na República Democrática do Congo e em Moçambique..

Rede Consultiva para o Financiamento Privado (PFAN)

Fornece apoio à preparação de projectos e à facilitação de investimentos para empresas de energia limpa e de adaptação às alterações climáticas.

